

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN – FAMECOS  
JORNALISMO

MARIA PAULA NEIMAN

**MÃES PÓS-MODERNAS: UMA ANÁLISE DO IMAGINÁRIO JORNALÍSTICO A RESPEITO  
DAS MATERNIDADES NO BRASIL NA FOLHA DE S. PAULO (2000-2010)**

Porto Alegre  
2023

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN – FAMECOS  
JORNALISMO**

**MARIA PAULA NEIMAN**

**MÃES PÓS-MODERNAS:  
UMA ANÁLISE DO IMAGINÁRIO JORNALÍSTICO A RESPEITO DAS  
MATERNIDADES NO BRASIL NA FOLHA DE S. PAULO (2000-2010)**

**PORTO ALEGRE**

**2023**

Maria Paula Neiman

**MÃES PÓS-MODERNAS:**  
UMA ANÁLISE DO IMAGINÁRIO JORNALÍSTICO A RESPEITO DAS  
MATERNIDADES NO BRASIL NA FOLHA DE S. PAULO (2000-2010)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial e obrigatório para a  
obtenção do grau de Bacharela em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Camila Garcia Kieling

Porto Alegre

2023

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta monografia a todas as mães. Àquelas que desejam, às que não abrem mão de si, às que são inviabilizadas, às que são mães de si mesmas, às que enfrentam o mundo, às que maternam filhos planejados, às que maternam crianças que vieram sem autorização, às que maternam sozinhas, às que compartilham a maternidade com outra mãe, às que deram à luz e às que não o fizeram. Dedico cada linha dessa escrita as mães bis, as héteros, as sapatonas, a todas elas. Mas, acima de tudo, dedico às mulheres que, dia após dia, salvam umas às outras. Essa escrita é para vocês.

## AGRADECIMENTOS

Difícil agradecer a todas as pessoas que marcaram a minha história, mas aqui vai uma tentativa, com grandes possibilidades de fracasso. Mas o que é a vida sem essa possibilidade constante?

Agradeço primeiramente há quem escreveu este trabalho comigo, a minha orientadora Camila Garcia Kieling, agradeço por cada auxílio, cada orientação, cada ato de sensibilidade e acolhimento durante esse processo, ele foi mais leve porque estivemos juntas. Agradeço a minha família que sempre apostou nos meus sonhos, à minha mãe, Ana Paula Prates, por nunca ter deixado de desejar e de ser quem é, mesmo sendo mãe, nunca deixou de ser Ana. Ao meu pai, Jorge Neiman, por apostar em mim e me fazer acreditar na potência de ser quem eu sou. Agradeço a minha madrastra Lúcia Velasques e ao meu padrasto Dirlei Pereira por terem feito parte da minha criação, se sou quem sou e me torno quem me torno, é porque vocês fizeram parte desse processo. Agradeço ao meu irmão, Márcio Neiman, por ser meu maior parceiro nessa vida e minha inspiração. Agradeço a Malu Meinhart, o grande amor da minha vida, com quem divido meus dias intensos, minhas noites frias e meu desejo de existir. Obrigada por apostar em mim e em todas as minhas loucuras. A vida é mais bonita ao teu lado. Agradeço a minha tia Raquel Neiman por sempre me apoiar em todos os momentos, à minha afilhada Amanda, por me fazer crescer a cada passo novo seu. Agradeço as minhas tias Isabel Prates e Valéria Prates, por mesmo à distância me apoiarem e se orgulharem da minha trajetória. Agradeço a família Thomas Meinhart, em especial a minha sogra Clarisse, por ser uma mãe que se mantém aberta ao aprendizado com seus filhos e se permite dar giros tão importantes na vida, ao meu sogro Pedro pelo seu carinho imenso e a minha cunhada, Mônica, por me ensinar a beleza e a potência de uma existência insurgente. Agradeço também a tia das palavras, Janete, a tia do cuidado Cristina e aos primos que ganhei e que tanto me inspiram com suas formas múltiplas de existir, Justine, Vinicius e Júlia.

Agradeço as minhas relações de afeto que tanto me salvam. Andreia Malmann, agradeço por ter te conhecido nas salas de aula e após a tua saída, que me foi tão dolorida, ter o privilégio de te ter como amiga, teu abraço é colo e tua comida é casa. Samanta Boff, agradeço por cada risada e afago, tua existência é sublime. Agradeço aos filhos dessas duas mulheres que colorem a minha vida, Gabriel e Mariana, o mundo é mais feliz pela existência desses dois seres encantadores. Agradeço a Eduarda Soares por ser minha amiga há mais de uma década e estar sempre aqui, me apoiando em todas as minhas fases. Agradeço a Carolina Mombach que me escuta, me acolhe e me movimenta um tanto. À Ana Carolina Stobbe, por ser minha primeira

amiga da faculdade e por segurar a minha mão durante esses quatro anos de tantos afetamentos, tua amizade me salva um tanto. Ao Diogo Ibrahim por ser uma amizade família, por existir com tanta potência na minha vida. Agradeço as empresas que passei durante esses 4 anos, a agência Profissionais SA, Rede Pampa, Hospital São Lucas da PUCRS, Correio do Povo, Band FM e o Gabinete do Vice-governador. Em especial agradeço à três mulheres que me marcaram enquanto chefias e amigas. Agradeço a Cristiane Weber, por me acolher, me apoiar e estar comigo até hoje, mesmo que muitos quilômetros separem a Itália do Brasil. Agradeço a Mauren Xavier por ter me aberto as portas da política e apostado em mim, sou grata pela tua sensibilidade e delicadeza em me ensinar tanto. A minha última chefia enquanto graduanda, Juliane Pimentel, agradeço o carinho, os ensinamentos, as risadas e por acreditar no meu potencial. A existência dessas três mulheres mudou a minha a vida, muito mais do que profissionalmente, muito mais do que ensinamentos sobre jornalismo, elas me ensinaram sobre humanidade, sensibilidade, ética e as tantas possibilidades de existir nessa profissão. Agradeço aos colegas que fizeram parte desse caminho, em especial ao Lucas Villela que compartilhou comigo a loucura de comunicar para um hospital inteiro, durante uma pandemia. Agradeço a Roberta Fofonka por me ensinar sobre o caminho, sobre abraçar quem se é e apostar na artista que existe em cada um de nós. Agradeço a Flávia Simões por ser a Natuza da minha Andréia, minha dupla da política que me ensinou tanto e segue me ensinando. A Eduarda Carvalho por ser uma amizade que me dá conselhos e risadas na mesma intensidade. Ao Vicente Medeiros que foi chefia e colega, parceria e profissionalismo sempre. Ao Leonardo Fouchard por tantas conversas, tantas trocas que me movimentaram e tanto afago. A todas as pessoas citadas e as que não pude citar, um agradecimento imenso, saibam que celebro a vida de vocês todos os dias.

*“SE TEM CORDÃO UMBILICAL guardado, fita ressecada do hospital com o nome de menina, ponto que a pele absorveu dentro do corpo, [...]: se tem rastros, é porque a vida não é mais a mesma. Pouca coisa sobra da gente depois da maternidade”*

*(PASSOS, 2022, p. 55).*

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso possui como tema central o jornalismo e as múltiplas formas de maternar. Nesta escrita, o jornalismo é pensado a partir da reflexão do discurso jornalístico através do imaginário social das maternidades e os papéis que são impostos às mães. Focalizando no tema da maternidade, este trabalho possui o gênero como conceito centralizador e lança luz para as possibilidades do maternar, as múltiplas maternagens e outras diversas possibilidades de tutelação e formação familiar. Este trabalho faz uma análise do discurso do imaginário, a partir da produção de reportagens de um dos maiores veículos de comunicação do Brasil, a Folha de São Paulo, em relação aos escritos dos primeiros dez anos do século. Faz-se também, neste estudo, uma análise e revisão de literatura, para além dos estudos da comunicação social, sobre as vertentes feministas, os estudos queer, os processos culturais e a economia do cuidado. O trabalho faz uma análise a partir da interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021) para dar conta de múltiplas variáveis sociais necessárias para falar do maternar, abrangendo questões de raça, classe social e sexualidade. Incluindo para além do gênero, questões como: raça, classe social e sexualidade. Este trabalho, não se propõe a trazer resultados concretos e sim reflexões e afetamentos. Por tanto, ao final desta escrita, será possível entender de que forma o jornalismo auxilia o imaginário social a manter padrões enrijecedores nas formas possíveis de maternar, através de reflexões trazidas ao longo do trabalho como um todo.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Gênero. Maternidade. Imaginário.



## **ABSTRACT**

This Final Paper have journalism and the multiple ways of mothering as it's central theme. In this writing, journalism is analyzed from the reflection of journalistic discourse through the social imaginary of maternity hospitals and the roles that are imposed on mothers. Focusing on the theme of motherhood, this paper uses gender as a base concept and clarifies the possibilities of motherhood, multiple motherhoods and other diverse possibilities of guardianship and family formation. This paper analyzes the imaginary discourse, based on the production of reports from one of the largest media in Brazil, Folha de São Paulo, in relation to work text's from the first ten years of the century. This review also presents an analysis of literature, in addition to social communication studies, on feminist aspects, queer studies, cultural processes and the care economy. The work analyzes intersectionality (Collins; Bilge, 2021) to handle the multiple social variables necessary to talk about mothering, covering issues of race, social class and sexuality. Including, in addition to gender, issues such as: race, social class and sexuality. This paper does not propose to bring concrete results, but reflections and true impressions. To reach this objective, at the end of this writing, it will be possible to understand how journalism helps the social imagination to maintain standards in the ways of mothering, through reflections exposed along the paper.

**Palavras-chave:** Journalism. Gender. Mootherhood. Imaginary.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 QUEM SÃO AS MÃES? .....</b>	<b>11</b>
2.1 SER MÃE E EXISTIR NO IMAGINÁRIO ATRAVÉS DO JORNALISMO .....	13
2.2 QUEM SÃO AS MÃES PÓS-MODERNAS?.....	15
2.3 O IMPACTO DO DISCURSO JORNALÍSTICO NAS MATERNIDADES .....	19
<b>3 AS MÃES PERDIDAS EM SEUS CORPOS FEMININOS .....</b>	<b>23</b>
3.1 QUAL O DESEJO DO GÊNERO FEMININO?.....	27
3.2 MÃES DESEJANTES, DESEJADAS OU ENCARCERADAS?.....	29
3.3 COMO O JORNALISMO MANTÉM OS PADRÕES.....	33
<b>4 AS MÃES ENCONTRADAS .....</b>	<b>36</b>
4.1 COMO ENCONTRAMOS AS MÃES? A ANÁLISE DISCURSIVA DE IMAGINÁRIOS E SUAS DESCONSTRUÇÕES .....	37
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso busca analisar as contribuições do discurso jornalístico para a perpetuação de desigualdades e padrões enraizados a partir da sua relação de poder com a sociedade, com o intuito de analisar a forma como o jornalismo retrata a maternidade e as múltiplas formas de matinar. Busquei entender de que forma o jornalismo auxilia o imaginário social na manutenção de padrões que envolvem gênero e sexualidade, focalizando nas possibilidades da maternidade.

O estudo ampara-se na revisão de literaturas sobre os estudos sociais e culturais, teorias feministas, queer e do jornalismo, lançando luz para uma minoria específica para além do gênero: as pessoas que gestam e tutelam crianças.

Metodologicamente, a pesquisa se estrutura a partir da Análise Discursiva do Imaginário (ADI), onde concentro a necessidade de destacar a diversidade que permeia as maternidades, bem como outras questões intrínsecas ao gênero e sexualidade, no contexto do discurso jornalístico. O estudo aborda a influência do imaginário sobre as identidades das mulheres que são mães, a sexualidade dessas mulheres e as mais diversas questões sociais mutáveis a partir a partir da tutelação de outro sujeito.

O estudo parte da análise de reportagens publicadas entre os anos 2000 e 2010, os primeiros 10 anos do século 21, do site da Folha de São Paulo, centralizando nas reportagens publicadas nos meses de início e final de ano de um dos principais veículos de comunicação do Brasil. A análise parte do pressuposto de que o jornalismo possui um papel muito maior do que apenas informar, ou seja, a forma como se transfere a notícia a audiência, pode auxiliar no pensamento coletivo sobre a pauta,

O jornalismo, *locus* contemporâneo de relevante produção e circulação de valores culturais, torna-se campo apropriado para pensar as produções simbólicas que se relacionam às práticas sociais, subjetividades e relações de poder em nossa sociedade (Silva, 2010, p. 16).

É fundamental examinar de maneira crítica como a mídia retrata a maternidade, quem são essas mães, de quais gênero, raça, classe social essas pessoas pertencem, incluindo também sua sexualidade e suas subjetividades, considerando como essas representações afetam a identidade e a liberdade das mulheres que são mães e de outras possibilidades do matinar e a anulação dos seus desejos e potências, para além da exclusão de outras possibilidades de gestar, gerenciar uma família para além da biologia e tutelar uma criança.

Neste viés, o estudo considera o conceito de interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021)

como uma forma de analisar e bancar o todo do ser mãe, buscando contemplar a interconexão entre desigualdades sociais.

Colocando como central o reconhecimento de que um discurso jornalístico que não valoriza a diversidade das experiências contribui para sufocar os desejos das pessoas que maternam e anular outras existências e possibilidades de avanços e mudanças sociais.

Neste trabalho, serão abordados temas como machismo, sexismo, homofobia, heterossexualidade compulsória, binarismo social, capitalismo e economia do cuidado. O tema deste estudo se mantém atual em 2023, ano em que está sendo escrito, pois, neste ano, o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi *Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil*, o que deixa claro que este é um tema que possui grande relevância socialmente no momento atual da sociedade.

Além das escritas e do potencial e necessidade de desenvolvimento social, para que o jornalismo possa andar junto aos avanços sociais e tirar o discurso das entranhas machistas e capitalistas, está escrita se propõe a afetar-se. Eu como autora, não acredito na potência de uma escrita sem afetamentos e por isso, coloco o tema como importante socialmente e com potência afetiva, pois acredito na maternidade, nos potenciais das diversas maternagens, sejam elas solas, com companheiros ou companheiras ou quaisquer derivações que estão intrinsecamente levados ao lugar de família. Escolho para essa escrita, mesmo que estejamos falando de um trabalho acadêmico, em escrevê-lo em primeira pessoa, me colocando como sujeito desses afetamentos os quais proponho durante a escrita.

Será colocado como centralizador da pesquisa, o potencial dessas mulheres-mães desejantes, a necessidade de não anulação dos desejos e potenciais das mulheres mães e a necessária intercorrência das possibilidades de famílias com desejo como centralizador da existência familiar.

Para que o capitalismo continue como sistema econômico opressor, precisa que a anulação das mulheres desejantes siga como única possibilidade de existência das mulheres mães, mantendo a sociedade retrógrada e ultrapassada, colocando as mulheres mães apenas como geradoras e cuidadoras, e mantendo a centralização de desejo apenas nos homens, “os processos de opressão colonial e capitalística como processos de captura da força vital, uma captura que reduz a subjetividade e a sua experiência como sujeito” (Preciado *apud* Rolnik, 2018, p. 13).

Esta escrita se propõe a iniciar uma trajetória acadêmica que se dará pela necessidade de falarmos sobre as mulheres mães como desejantes e desejadas, tirando-as do papel sacral e colocando-as no lugar do desejo, das múltiplas possibilidades do maternar e a necessária

viabilização deste trabalho de cuidado. Além de colocar como centralizador as diversas possibilidades de gestar e tutelar. Para além das reflexões expostas, pretende-se auxiliar para que o discurso jornalístico possa caminhar junto a sociedade, para que seja pensado e desenvolvido pelos diversos atores/atrizes que fazem parte da construção e do fazer jornalístico. Este trabalho foi estruturado em quatro capítulos, a introdução, o segundo capítulo que traz de maneira teórica a história das mães, quem são as mães ao longo da trajetória histórica e quem são as pós-modernas e as relações entre o jornalismo e as maternidades. O terceiro capítulo falará sobre as subjetividades dessas mães, os seus desejos e as múltiplas formas de maternar e então concluo com o quarto capítulo que traz a Análise Discursiva do Imaginário para explicar como as mães foram encontradas e a responsabilidade do jornalismo nesse encontro.

## 2. QUEM SÃO AS MÃES?

Esta monografia, terá a maternidade enquanto principal objeto de análise, considerando aqui a maternidade enquanto compulsória, isto é, o maternar enquanto objeto social e não enquanto desejo, conforme a psicóloga Fernanda Espíndola Allegretti:

[...] a maternidade compulsória é um conjunto de práticas sociais que levam as mulheres a uma maternidade não pensada, que faz com que elas acreditem que o caminho biológico da mulher é ser mãe. Então, elas têm esses filhos sem pensar [...] se elas querem ser mães (Maternidade..., 2022).

No entanto, a maternidade aqui é mais um recurso utilizado como mais um recurso aprisionador dos corpos das mulheres ou pessoas gestantes, a partir de uma visão das vivências, a partir do imaginário,

Existe o símbolo quando a linguagem produz dos signos de grau composto no qual o sentido, não contente em designar alguma coisa, designa um outro sentido que só seria alcançado dentro e pela sua visão (Legros *et al.*, 2014, p. 113).

A análise escolhida parte do entendimento de que a experiência de todas as mulheres se encontra ligada à imposição de um modelo de maternidade, partindo do imaginário social, conceito que será aprofundado e aplicado ao longo desta pesquisa. O paradigma de um modelo só de maternidade e família exclui a diversidade de expressões do ser família, mulher, limitando-as à função de procriar, amamentar e amar incondicionalmente, colocando estas mulheres mães, cis, héteros, como sacrais. E descartando outras possibilidades de maternar. Nessa perspectiva, é crucial examinar as possíveis formas de subverter esse padrão restritivo de identidade feminina, fortalecendo a multiplicidade de gênero e sexualidade, e, por conseguinte, interrompendo a continuidade do projeto patriarcal enraizado e perpetuado socialmente.

Entendo como necessário para esta pesquisa que seja explicada a definição do conceito de "cisheteropatriarcado" - um sistema sociopolítico que se caracteriza pela hegemonia e supremacia da heterossexualidade masculina, oprimindo outras identidades de gênero e orientações sexuais. Paralelamente, a "cisheteronorma", igualmente um sistema sociopolítico, se baseia na imposição compulsória das identidades cisgênero e heterossexual, assegurando a prevalência destas sobre as demais identidades de gênero e orientações sexuais, relegando as últimas ao status de marginalização e desvio (Butler, 2003).

Adicionalmente, entre as mulheres que assumem a maternidade, observa-se a existência de um padrão predefinido para o papel de mãe: uma expectativa que exige que a mulher

sacrifique seus próprios desejos e, em muitos casos, abandone sua identidade para se dedicar exclusivamente ao cuidado da criança e do lar. Tal padrão emergiu e subsiste em uma sociedade que busca exercer controle sobre os corpos femininos, homogeneizar sexualidades, afetividades e identidades. A tentativa de oprimir, estabelecendo um padrão de repressão sobre os corpos femininos, limitando a possibilidade de existência das mulheres permitindo as mais diversas formas de maternar, partem de um processo de opressão colonial e capitalista que visa capturar a vitalidade, reduzindo assim a subjetividade e a experiência do sujeito, conforme explica o filósofo não binário Paul Preciado, “os processos de opressão colonial e capitalística são processos de captura da força vital, uma captura que reduz a subjetividade e a sua experiência como sujeito” (Preciado *apud* Rolnik, 2018, p. 13).

Nesse contexto, faz-se necessário destacar como as mulheres/mães são condicionadas a adotar um estilo de maternagem que se revela opressor em diversas situações, sendo impulsionado por fatores sociais diversos. Os meios de comunicação desempenham um papel direto na formação dessas mulheres, moldando suas representações e maneiras de existir, sendo a mídia uma forma de poder que auxilia a manter estes padrões. A partir dos estudos de gênero, é importante enfatizar que a mídia está em correlação com todas as outras formas de poder, pois o gênero e a mídia são “elementos constitutivos das subjetividades contemporâneas” (Carvalho; Adelman; Rocha, 2007, p. 124).

Louro (2000) proporciona uma abordagem esclarecedora em relação à análise normativa das práticas afetivas e sexuais, assim como dos papéis de gênero. Segundo a autora, gênero e sexualidade emergem como construções elaboradas por uma miríade de discursos e práticas sociais, as quais não apenas permeiam, mas também regulam, padronizam e exercem controle sobre os indivíduos. Esse processo tende a favorecer a validação de uma única forma de feminilidade e maternidade, restringindo as possibilidades de ser mãe e mulher legitimadas socialmente. As representações sociais ligadas aos atributos de gênero masculino e feminino frequentemente repousam primordialmente nas características biológicas, apagando e marginalizando as outras tantas possibilidades de vida.

Esses papéis não são predestinados apenas pela biologia, pois há diferenças nas categorizações sociais a partir do gênero masculino ou feminino, utilizado pela sociedade binária “embora sejam codificadas como algo que corresponderia ao sexo biológico, decorrem da atribuição distinta de habilidades, tarefas e alternativas na construção das suas vidas para mulheres e homens” (Biroli, 2016, p. 731).

Portanto, os papéis de gênero são auxiliares de propagações historicamente anulantes, a partir do sexo biológico estes padrões foram idealizados, de forma colonizada e colonizatória

visando o interesse de uma sociedade patriarcal e cisheteronormativa.

Esta monografia propõe explorar a intrincada relação da maternidade com os processos culturais, questionando as normas estabelecidas e desconstruindo os padrões de gênero impostos por meio das construções imaginárias de discursos jornalísticos. Ao analisar criticamente o papel do cisheteropatriarcado e da cisheteronorma na perpetuação dessas construções sociais, bem como a influência da mídia na configuração das identidades maternas, almeja-se ampliar o entendimento sobre as complexidades desta experiência e abrir espaço para diálogos mais inclusivos e diversificados em relação ao gênero, à maternidade e as possibilidades de família.

## 2.1 SER MÃE E EXISTIR NO IMAGINÁRIO ATRAVÉS DO JORNALISMO

Em múltiplas matérias jornalísticas, é possível perceber que frequentemente as mães são retratadas sob uma perspectiva monofocal, enquadrando-as dentro de estereótipos do papel materno, refletindo, assim como em muitos outros contextos sociais, uma limitada diversidade de representações, o que faz com que as mulheres sejam legitimadas apenas quando são mães, e se essas mães, forem mulheres-héteros-cis. Quando o maternar é desvinculado do padrão, estas formas de maternar ou tutelar são anuladas:

As visões hegemônicas e circulantes na mídia, respaldadas especialmente por fontes psicobiomédicas, reduzem as compreensões acerca da sexualidade ao mundo da [...] biologia, e acabam por reforçar um padrão excludente de indivíduos e grupos que não se enquadram nos comportamentos constantemente afirmados como normais em nossa sociedade (Veiga, 2010, p. 15).

No artigo *Os Arquétipos nas Propagandas de Revistas Femininas*, Silva (2010) traça três perfis para a imagem feminina: a Grande Mãe, a Donzela/Prostituta e a Guerreira. O arquétipo da Guerreira ou Heroína traz elementos ligados à coragem, bravura, luta e persistência, a donzela a doçura e A Grande Mãe é “[...] é uma imagem feminina universal que mostra a mulher como eterno ventre e eterna provedora” (Randazzo, 1997 *apud* Petry, p. 14, 2004).

A Grande Mãe pode ter passado pelo lado donzela, referenciando a sua vida antes de fazer parte de uma construção familiar, onde essa mulher era virgem e aguardava o pai perfeito para seus filhos e para a sua família hétero, cis e padrão. Porém, está mãe não pode ter passado ou ainda fazer parte da categorização de prostituta, pois esta seria o contrário do ideal de mãe. Neste caso, o termo não é apenas utilizado para mulheres trabalhadoras do sexo, isto é, trata-se



de qualquer mulher que ceda aos próprios desejos e seja desejante, para além de mãe. Anula, assim, a possibilidade de uma mulher puder ser mãe e desejante e, menos ainda, mãe e trabalhadora do sexo. Coloca-se como impossibilidade o ser duplamente.

Ao discutir o conceito de imaginário e sua relação com a forma como as mães são inseridas nesses processos de subjugação, a comunicação apresenta uma ambiguidade que demanda esclarecimento. A alusão ao imaginário pressupõe um conjunto de ideias, valores e representações compartilhadas pela sociedade que moldam as percepções e expectativas em torno das mães: “o imaginário pode ser fantástico no cotidiano, o unicórnio que habita nosso universo mental, ou os laços invisíveis que nos fazem crer na solidez de noções como pátria, amor, justiça” (Silva, 2010, p. 103). Nesta pesquisa, entendo que é preciso questionar: O que o discurso jornalístico sugere ao mencionar a maternidade em relação à experiência materna? Será que se refere à construção simbólica e cultural que contribui para a formação de estereótipos maternos? Se refere à percepção coletiva enraizada nas narrativas históricas e sociais que subjuga o papel da mãe? Sem uma clarificação adequada, a análise dessa interconexão entre o imaginário e a maternidade permanece aberta à interpretação e pode não transmitir seu significado preciso.

É importante esclarecer essa referência ao imaginário no contexto da discussão, a fim de proporcionar um entendimento sobre como exatamente as mães são inseridas nesses processos de anulação. Com uma definição mais clara desse termo, a análise ganhará profundidade, permitindo uma exploração mais aprofundada das dinâmicas que contribuem para a subestimação das mães e suas vivências, centralizando gênero e sexualidade na discussão. Porém, tendo em vista a discussão intrínseca, que nem sempre está posta conforme nos auxilia Silva (2021, p. 95): “os discursos falam. Mas não necessariamente gritam o que dizem. Com frequência, sussurram suas verdadeiras intenções cobrindo com ruídos teatrais as mensagens que, de fato, desejam compartilhar” é preciso entender o que está por trás do dito. Por esta razão, a metodologia desta monografia será a Análise Discursiva de Imaginário (ADI), criada centralizando o imaginário a partir de uma perspectiva mais desconstruída das metodologias tradicionais. Conforme o autor da metodologia, “toda análise é uma desconstrução. Um processo arqueológico de remoção de camadas que recobrem o objeto e o seu discurso. A pesquisa toma o objeto e o desmonta para ver de que partes ele é composto” (Silva, 2010, p. 95).

Desta forma, no capítulo quatro, onde a análise será exposta, a metodologia será aplicada, de forma a esclarecer como o discurso jornalístico se propõe a retratar as mães e as famílias encontradas.

## 2.2 QUEM SÃO AS MÃES PÓS-MODERNAS?

Desejo iniciar este subcapítulo salientando que essa análise se concentra nas experiências de maternidade em contextos ocidentais, especificamente nas camadas de classe média, marcadas pela etnia branca e pela influência colonial. Reconheço a existência de diversas perspectivas sobre a maternidade em diferentes culturas, no entanto, devido às restrições temporais desta monografia, não abordarei esses temas específicos.

Após a declaração deixar explícita a marca maternal que almejo descrever, início o desenvolvimento do assunto deste subcapítulo: a pós-modernidade.

Neste estudo, a pós-modernidade será delimitada como o período de referência, ou seja, iremos investigar as questões relacionadas à maternidade a partir da década de 1980. O conceito em si é complexo e emergiu nas últimas décadas do século XX como uma resposta às ideias e valores predominantes durante o período moderno. Este termo encontra aplicação em várias áreas, com maior destaque no contexto do movimento cultural e suas transformações,

Não existem começos nem fins abruptos. Quando os diversos elementos que compõem uma determinada entidade já não podem, por desgaste, incompatibilidade, fadiga etc., permanecer juntos, eles entram de diversas maneiras numa outra composição e, desse modo, favorecem o nascimento de uma outra entidade. Foi isso que, antes que encontrássemos um nome adequado, presidiu a elaboração da pós-modernidade (Maffesoli, 2004, p. 20).

Com o intuito de elucidar a razão subjacente à adoção do recorte pós-moderno, vou dar uma breve visão geral do que é esse conceito de forma simplificada. Isso ajudará a entender por que fiz essa escolha e o escopo desta pesquisa, que se concentrará especificamente nos aspectos relacionados a esse período e quais características pós-modernas podem ser vistas nas maternidades narradas no jornalismo. A pós-modernidade critica vigorosamente as chamadas "metanarrativas" que caracterizaram a modernidade, podendo ser resumida ao questionamento sobre a validade das grandes narrativas que afirmavam a existência de verdades universais, como o progresso, a razão e a verdade absoluta, argumentando que essas concepções são culturalmente condicionadas e subjetivas, o que nos leva a questionar sua validade.

Os pesquisadores do conceito expõem que a partir do período pós-moderno, foi possível reconhecer a diversidade e a fragmentação da sociedade contemporânea, valorizando a multiplicidade de perspectivas e culturas, promovendo a aceitação de múltiplas verdades e visões de mundo em vez de uma única verdade universal.

Na pós-modernidade, a desconstrução desempenha um papel essencial ao abordar criticamente as estruturas de poder, linguagem e cultura. Através da desconstrução, busca-se revelar as hierarquias ocultas e as contradições subjacentes nas instituições e discursos sociais. Isso desafia as estruturas estabelecidas e convida à reflexão sobre o que é muitas vezes considerado como concreto. Neste aspecto, entendo que é necessário correlacionar o recorte temporal com a metodologia escolhida para esta pesquisa, pois conforme explicado no capítulo anterior, esta pesquisa se propõe a analisar os discursos jornalísticos, a partir do aspecto da desconstrução, do que está por trás do dito. Sendo assim, a metodologia e o recorte mais do que temporal dessa pesquisa se correlacionam para juntas produzirem o resultado do que me proponho a refletir aqui.

Para alcançarmos uma compreensão mais abrangente das mães na era pós-moderna, é necessário examinar o conceito de maternidade prévia, investigando o que caracterizava as mães antes de questões como afetividade e cuidado se tornarem intrínsecas ao papel materno. Conforme nos auxilia Badinter, “[...] num período que durou cerca de dois séculos, o comportamento das mães oscilou com frequência entre a indiferença e a rejeição” (Badinter *apud* Morgado, 2001, p. 148). A autora aborda os séculos XVII e XVIII, períodos nos quais as mulheres não atribuíam importância a questões como afeto e amor no que diz respeito ao desenvolvimento das crianças. Um dos exemplos disso está na forma como as mães encaravam a amamentação, não a considerando como um aspecto essencial e, frequentemente, permitindo que seus filhos fossem exclusivamente amamentados por amas de leite<sup>1</sup>.

O afeto dentro das relações familiares era inexistente “até o século XVIII, carícias e ternuras entre mães e filhos eram traduzidas socialmente em termos de frouxidão e pecado” (Morgado, 2001, p. 178). Ao longo da história, torna-se evidente que o conceito de maternidade se transforma com o tempo, uma vez que, séculos mais tarde, se torna necessário e basal para a mulher ser considerada mãe socialmente, servindo inclusive de modulação social e legitimação do processo de matinar.

[...] torna-se possível evidenciar os condicionantes sociais, econômicos, políticos e culturais que a transformaram (a amamentação) em um ato regulável pela sociedade [...] A dinâmica dessas relações, no que concerne às questões estruturais, termina por configurar a amamentação como um dos atributos que caracterizam a maternidade como um bem social compartilhado (Almeida *et al. apud* Calafate, 2014, p. 4).

---

<sup>1</sup> Amas de leite, eram mulheres, em geral escravizadas, que haviam tido filhos há pouco tempo amamentavam os filhos de suas donas que não tinham vontade ou não podiam realizar a tarefa.

Uma das transformações notáveis na prática da maternidade, quando analisadas sob uma perspectiva estatística, é a redução significativa da mortalidade infantil na era moderna. Anteriormente, as crianças frequentemente sucumbiam sem receber os devidos cuidados. De acordo com dados do IBGE, a queda nas taxas de mortalidade infantil teve início na década de 1940: “um alto índice de mortalidade infantil [...] decorrente da falta de cuidados adequados à infância” (Morgado, 2001, p. 148), de acordo com os estudos, primordialmente das maternidades francesas feito por Badinter, ao longo dos séculos XVII e XVIII não existiam sentimentos afetuosos ou cuidadosos das mães para com as crianças.

Neste ponto, é fundamental definir que o afeto é uma necessidade fundamental para o desenvolvimento de qualquer ser, seja por meio da mãe ou de qualquer outra figura de apego.

Essa relação criada com a mãe ou cuidador substituto é descrita como figuras de apego estabelecimento de base segura, o que será capaz de prover a criança um ambiente favorável para o desenvolvimento físico, emocional seguro e saudável (Santo Cso *et al. apud* Lisboa; Fernandes, 2021, p. 2).

É importante destacar que a ausência da figura materna, socialmente representada por uma mulher cisgênero e heterossexual, não resultará necessariamente em traumas devido à sua falta. O fator crítico reside na carência de afeto proveniente de uma figura de vínculo, que pode assumir diversas configurações, como uma mulher trans, um homem ou qualquer outra forma de vínculo afetivo com o indivíduo em desenvolvimento.

É somente no final do século XVIII que “se opera uma espécie de revolução das mentalidades” e “abundam publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente de seus filhos” (Badinter, 1985, p. 145). Para tal, é importante deixar claro que esta nova forma de analisar a relação familiar e possibilidade de maternar, se dá a partir de um recorte social, a burguesia. “De acordo com Poster (1979), a partir do século XIX instaura-se um novo padrão familiar associado à burguesia. Nele, os filhos foram reavaliados tornando-se seres importantes para os pais” (Resende, 2017, p. 177).

Em função desta mudança de paradigma familiar, o afeto e intimidade entre os filhos e figuras parentais muda. Contudo, a tarefa do maternar não era bem-vista em nenhuma classe social.

As mulheres possuíam extensas jornadas de trabalho, tornando impossível para as operárias a tarefa da maternidade, e mesmo as mulheres da alta burguesia não viam a ocupação como prestigiosa, ao contrário, tinham assuntos mais importantes para se ocupar, como o artesanato, a contemplação, e suas leituras (Calafate *et al.*, 2013, p. 4).

Porém, a partir da modernidade, em que se inicia o processo de ligação materna com o filho, em função de diversos discursos, com cerne capitalista,

Foram necessários nada menos de três discursos diferentes para que as mulheres voltassem a conhecer as doçuras do amor materno e para que seus filhos tivessem maiores possibilidades de sobrevivência: um alarmante discurso econômico, dirigido apenas aos homens esclarecidos, um discurso filosófico comum aos dois sexos e, por fim, um terceiro discurso, dirigido exclusivamente às mulheres (Badinter *apud* Resende, 2017, p. 179).

O discurso econômico, destinado aos homens esclarecidos, enfatiza a necessidade de conscientização acerca da importância da população para o desenvolvimento de um país. De acordo com Badinter (1985), neste discurso, à criança passou a ser atribuído um valor mercadológico devido ao seu potencial produtivo, sendo considerada uma fonte de riqueza econômica. O discurso filosófico, que transcende as diferenças de gênero, tem suas raízes na filosofia de Rousseau (1712 a 1778) e na ideologia natalista, destacando a criança como um bem inestimável para a sociedade e para os pais. O terceiro discurso foi direcionado exclusivamente às mulheres pelo Estado. Neste discurso, as mulheres foram elevadas ao status de responsáveis pela nação, uma vez que, por um lado, a sociedade dependia delas e lhes comunicava essa necessidade, e por outro lado, buscava-se redirecioná-las para suas responsabilidades maternas.

Neste discurso trazido para as mulheres se inicia o mito do instinto materno, o qual pressupõe que todas as mulheres têm um instinto inato para serem mães e cuidarem dos filhos de forma instintiva. Esse mito pressupõe que as mulheres devem priorizar a maternidade e que todas elas devem sentir um desejo intrínseco e inquestionável de serem mães, como única possibilidade de existir, porém, o conceito não se aplica no desenvolver da sociedade, conforme afirma a filósofa feminista Simone de Beauvoir:

Não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos: seria admitir a existência de uma natureza feminina, quer dizer, aderir a um mito inventado pelos homens para prender as mulheres na sua condição de oprimidas. Não se trata para a mulher de se afirmar como mulher, mas de tornarem-se seres humanos na sua integridade (Beauvoir, 1990, p. 34).

Os discursos desempenham um papel fundamental no desenvolvimento social ao longo dos anos e têm sido veículos essenciais para a construção e reconstrução de normas, valores e expectativas em relação à maternidade, como já delineado nos parágrafos anteriores. Ao longo da evolução histórica, essas narrativas moldaram a maneira como a sociedade percebe as mães, influenciando os papéis que são atribuídos a elas e as respectivas expectativas sociais que

enfrentam. Além disso, os três discursos mencionados anteriormente estabeleceram ideias preconcebidas sobre o que constitui uma família, bem como as formas aceitáveis de maternar.

É preciso então, analisar estes discursos, não se limitando ao passado, pois reconhecemos que essas narrativas continuam a ser poderosas influências sociais na pós-modernidade e atualmente. Investigaremos como os discursos atuais moldam o imaginário construído pela Folha de São Paulo sobre a maternidade e as expectativas em relação às mães e famílias. Além disso, examinaremos de que maneira esses discursos podem reforçar estereótipos prejudiciais ou contribuir para uma compreensão mais inclusiva da maternidade.

Portanto, o próximo subcapítulo servirá como uma exploração aprofundada das implicações dos discursos sobre a maternidade na sociedade moderna, através de uma revisão de literatura, dando destaque ao papel crucial dos discursos na formação das atitudes e comportamentos em relação às mães e famílias, para no capítulo 4 partirmos para a análise de matérias, a partir do que já foi articulado.

### 2.3 O IMPACTO DO DISCURSO JORNALÍSTICO NAS MATERNIDADES

Neste capítulo, discutiremos a importância do jornalismo como uma forma de conhecimento na sociedade, destacando como as notícias carregam visões de mundo que contribuem para a orientação dos parâmetros e valores culturais. Abordaremos como o jornalismo desempenha um papel central na construção de uma visão consensual da sociedade e como influencia a coesão cultural por meio dos processos de significação presentes nas notícias, através do imaginário. As próximas páginas auxiliarão, de forma teórica, a análise que será feita dos discursos jornalísticos usados pela Folha de São Paulo.

As análises acerca do jornalismo enquanto ferramenta de conhecimento social destacam a importância intrínseca desse campo na construção de representações simbólicas, evidenciando que as informações veiculadas, para além de sua não-neutralidade, refletem perspectivas específicas do mundo e, como resultado, desempenham um papel social e cultural importantes. O jornalismo se configura como uma das maneiras de forjar um consenso acerca da realidade social e de contribuir para o fortalecimento da coesão social e cultural por meio dos processos habituais de atribuição de sentido materializados nas notícias.

É crucial ressaltar neste contexto que consideramos como discurso tudo aquilo que transcende a expressão literal, ou seja, aquilo que vai além do que é explicitamente enunciado, o imaginário. No âmbito da investigação qualitativa e exploratória a ser conduzida no capítulo 4, será realizada uma análise abrangente dos discursos escritos pelos jornalistas, bem como das

ferramentas empregadas para transmitir mensagens que vão além do conteúdo explícito das palavras. Essa abordagem permitirá uma compreensão mais profunda das complexidades comunicativas envolvidas no processo, que podem ser expostas através de muitas ferramentas possíveis, com características emocionais e apelativas, conforme nos auxilia Juremir Machado (2021, p. 105), “O imaginário encoberto pelo discurso costuma se revelar como ideologia, subjetividade sufocada, emoções arquivadas, significados superfaturados”.

É fundamental realizar uma análise contextual detalhada que considere a origem e identidade dos indivíduos envolvidos na produção e redação das notícias, a fim de compreender de que maneira e porque as notícias são moldadas e apresentadas da forma como o são. É nesse contexto que se torna evidente que a subjetividade de cada participante no processo jornalístico desempenha um papel central na definição da mensagem transmitida. Ampliar essa perspectiva nos permite aprofundar nossa compreensão sobre o jornalismo como um todo.

O critério jornalístico de uma informação está indissolúvelmente ligado à reprodução de um evento pelo ângulo de sua singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se supõe, ou melhor, que são delineados ou insinuados pela subjetividade do jornalista (Genro, 2013).

Reitero a importância do jornalismo como um campo de estudo profundamente influenciado por perspectivas culturais e ideológicas, enquanto simultaneamente questionando a noção de uma imparcialidade absoluta. De maneira abrangente, o autor considera a dimensão política e a influência dos valores e da natureza do conhecimento dos profissionais da área como componentes cruciais.

Todo conhecimento social, e o jornalismo é um conhecimento social, envolve determinado ponto de vista sobre a História, sobre a sociedade e sobre a humanidade. E como humanidade e História são processos que estão em construção, naturalmente não existe um jornalismo puramente objetivo, ou seja, um jornalismo que seja absolutamente neutro. Isto não acontece por motivos de ordem psicológica, como dizem os manuais. Não é porque o indivíduo está psicologicamente envolvido com o fato, mas porque toda a forma de conhecimento pressupõe também um posicionamento do sujeito diante do objeto. Essa é a razão mais profunda porque o próprio jornalismo implica uma visão ideológica, implica um posicionamento ético e político sobre a realidade (Meditich *apud* Veiga, 2010, p. 34).

As reflexões acerca do papel do jornalismo como veículo de conhecimento na sociedade destacam a importância fundamental desse campo na produção de significados simbólicos. Isso implica que as informações veiculadas pelas notícias, longe de serem neutras, carregam consigo perspectivas particulares sobre o mundo e, como resultado, desempenham um papel significativo na construção de uma orientação social e cultural, influenciando os parâmetros e

valores que prevalecem na sociedade. Nesse sentido, o jornalismo se revela como um dos meios pelos quais se molda uma visão consensual da realidade social e contribui para a coesão da sociedade e cultura, por meio dos processos de significação que são rotineiramente materializados na forma de notícias.

É importante ressaltar neste contexto que, ao abordar as subjetividades presentes no jornalismo e o envolvimento dos profissionais dessa área na notícia que será divulgada, não estamos tratando de questões relacionadas à opinião ou à falta de credibilidade. Estamos, na verdade, abordando a questão da não-neutralidade. Quando nos referimos ao jornalismo de opinião, por exemplo, mesmo que haja uma clara e evidente opinião envolvida, os leitores ainda percebem a opinião e a notícia como entidades únicas.

Embora haja uma diferença de estilo entre um editorial, de cunho opinativo, e as notícias e reportagens, a opinião editorial é fortemente associada ao que é feito nas páginas essencialmente informativas. O julgamento dos valores que sustentam a credibilidade jornalística toma como referência esta unidade do veículo e a sua função primordial de informar [...] (Lisboa, 2012, p. 49).

Ao abordarmos o conceito de credibilidade no contexto da desconexão das subjetividades no jornalismo, estamos buscando desvincular a notícia do seu processo de produção. A credibilidade, ao buscar transmitir a verdade, mesmo sendo influenciada pela subjetividade do narrador, implica que o fato noticiado ainda deve manter sua veracidade, mesmo quando apresentado através das experiências e perspectivas do jornalista.

Charadeau (2010) reconhece o modelo da credibilidade como próprio do discurso informativo, que precisa provar a veracidade dos fatos que reporta. Por ter como princípio fazer crer que o que é dito é verdadeiro, o discurso informativo jornalístico ganha não só relação estreita com o imaginário do saber, mas igualmente com o imaginário do poder – grande parte pela autoridade que este saber lhe confere (Charadeau *apud* Lisboa, 2012, p. 49).

Neste subcapítulo, exploramos a importância do jornalismo como veículo de conhecimento na sociedade, destacando sua influência na construção de significados simbólicos e na orientação dos parâmetros e valores culturais. Observamos como as notícias, longe de serem neutras, carregam perspectivas particulares do mundo e desempenham um papel fundamental na formação de uma visão consensual da realidade social. Além disso, enfatizamos a relevância das subjetividades no jornalismo, ressaltando que a não-neutralidade não implica necessariamente falta de credibilidade, mas sim a compreensão de que o processo jornalístico envolve a interpretação e a seleção de informações.

Reconhecemos que o jornalismo não é um campo de conhecimento puramente objetivo,



mas sim permeado por visões ideológicas e posicionamentos éticos e políticos. Portanto, nossa análise posterior levará em consideração essas complexidades comunicativas, indo além do conteúdo explícito das palavras e explorando o papel do imaginário na construção das mensagens jornalísticas.

No próximo capítulo, aprofundarei o estudo referente às mulheres mães e as possibilidades e expectativas atribuídas as mesmas, para dessa forma auxiliar, de maneira teórica, a análise que será feita no capítulo 4 desta monografia, entendendo e centralizando estes papéis em relação ao caráter do discurso jornalístico.

### 3 AS MÃES PERDIDAS EM SEUS CORPOS FEMININOS

“Ninguém nasce mãe: torna-se mãe.” Referencio a célebre frase que abre o segundo livro de Simone de Beauvoir intitulado *O segundo Sexo*, que diz, “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” para a abertura deste capítulo. Esta frase, do livro considerado a *bíblia do feminismo*, resume a questão intrínseca aos estudos de Beauvoir: “o que é ser uma mulher?”. Pensando nesta questão, neste capítulo refletiremos, a partir de estudos de Simone e de outros autores “o que é ser mulher/mãe?” e quais as possibilidades de vidas e de liberdade dessas mulheres mães. Para articular sobre os corpos maternos, iniciaremos falando sobre os direitos reprodutivos retirados das mulheres, que são infimamente julgados e encarcerados socialmente. Para Simone de Beauvoir (2009, p. 89), “não seria possível obrigar diretamente uma mulher a parir: tudo o que se pode fazer é encerrá-la dentro de situações em que a maternidade é a única saída; a lei ou os costumes impõem-lhe o casamento, proíbem as medidas anticoncepcionais, o aborto e o divórcio”.

O debate sobre os direitos reprodutivos se dá em caráter definitivo a disputa aos direitos femininos, perpassando nas figuras de poder a decisão do que as mulheres farão com seus corpos suas possibilidades, os quais deveriam então, ser individuais.

Ainda que se observe apenas o mundo ocidental, as ações do Estado nos domínios da reprodução e da sexualidade, assim como os limites entre a laicidade do Estado e a atuação política das igrejas, assumiram diferentes padrões ao longo do tempo em diferentes sociedades, mobilizando ou confrontando de maneiras distintas os valores mencionados (Biroli, 2009, p. 17).

Os direitos reprodutivos e individuais das mulheres têm sido uma preocupação central no movimento feminista desde o seu surgimento, com uma maior ênfase nos anos 70 no Brasil. No final da década de 1970 e no início da década seguinte, as feministas brasileiras, que tinham sido exiladas e até mesmo presas políticas, reacenderam esse debate, destacando a importância da luta pelo direito ao aborto como um elemento central dessa agenda.

Analisar o direito ao aborto implica na desconstrução do paradigma dominante da maternidade compulsória. À medida que o debate sobre a legalização ou descriminalização do aborto passou a incorporar diversos intervenientes, essa desconstrução adquiriu novas camadas de significado, resultando na percepção de que a defesa do direito ao aborto representa também um ato de solidariedade para com as muitas mulheres que se submetem a abortos clandestinos, enfrentando ameaças à sua integridade física, saúde mental e, em alguns casos, até mesmo à própria vida.

Desde meados de 1949, quando Simone de Beauvoir publicou seu livro *O segundo sexo*, a autora já falava sobre a diferença entre a medicina que está junto ao estado para a aniquilação da liberdade dos corpos femininos e os médicos, caracterizados por ela como honestos: “mas os médicos honestos reconhecem, como Dr. Magnus Hirschfeld, que o aborto feito pela mãe de um médico especialista, numa clínica e com medidas preventivas necessárias, não comporta esses graves perigos cuja existência a lei afirma” (Beauvoir, 1949, p. 280).

A defesa da descriminalização ou legalização do aborto representa um esforço em prol de uma sociedade fundamentada na igualdade de gênero, onde a equidade serve como princípio orientador para permitir que as diferenças coexistam e sejam experimentadas em um espaço comum. Ao rejeitar a imposição da maternidade às mulheres e ao afirmar que elas podem ser reconhecidas como indivíduos completos sem a obrigação de procriar, estabelece-se a base essencial para abordar a questão do aborto sob a perspectiva dos direitos humanos e dos direitos reprodutivos e sexuais.

Essa perspectiva não apenas desafia as normas tradicionais de gênero, mas também promove a autonomia das mulheres sobre suas escolhas reprodutivas, destacando a importância de separar a sexualidade da reprodução e reconhecendo o direito das mulheres de decidirem sobre seu próprio corpo.

Nesse sentido, a discussão sobre o aborto transcende as fronteiras do debate médico e legal, adentrando o campo dos direitos fundamentais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Neste contexto, reflete-se sobre a maneira pela qual o Estado pode impor às mulheres a responsabilidade de trazer crianças ao mundo por uma obrigação imposta, e as implicações dessa imposição que resultam em uma estagnação social devido à maneira pela qual as mães são forçadas a dar à luz de maneira não consensual e indesejada, apenas para serem reconhecidas como mulheres, sem o olhar para essas mulheres e para as crianças que nascerão, sendo focado apenas no direito do feto. “A maternidade de forçada leva a botar no mundo crianças doentias, que os pais serão incapazes de alimentar, que se tornarão vítimas da Assistência Pública, ou ‘crianças mártires’” (Beauvoir, 1949, p. 280).

Frequentemente, o Estado e a igreja colocam em discussão os direitos do feto, questionando as perspectivas de vida, tratando o aborto como um ato de tirar a vida de uma criança. Contudo, essa abordagem tende a concentrar-se intensamente na potencialidade de vida de um embrião que ainda não veio ao mundo, muitas vezes relegando em segundo plano a consideração da mãe, que enfrentará sofrimento em função de uma gestação indesejada, bem como da criança que, nascendo nessas circunstâncias, poderá enfrentar desafios significativos

“A sociedade tão encarniçada na defesa dos direitos do embrião que se desinteressa da criança a partir do nascimento” (Beauvoir, 1949, p. 280).

No Brasil, em 2023, o aborto é permitido apenas em três situações: gravidez decorrente de estupro, risco para a vida da gestante e anencefalia do feto. Mesmo nos casos legais, nas normas técnicas vigentes, o Ministério da Saúde orienta que a interrupção ocorra até a 20ª ou 22ª semana de gestação, conforme o artigo 128 do código penal.

A não legalização do aborto não é, portanto, um impeditivo para a sua prática: As mulheres ainda fazem o aborto com muita frequência,

O caráter universal da prática do aborto, isto é, o fato de que seja reconhecida como possibilidade em diferentes sociedades e que existem indícios e informações que permitem afirmar que seja uma prática frequente mesmo nas sociedades em que não é legalizada, convive com os diferentes graus de tolerância e reprovação (Alves; Rocha, 2023).

Mulheres com recursos financeiros têm a oportunidade de viajar para países onde o aborto é legalizado e realizar o procedimento de maneira segura. Por outro lado, mulheres de baixa renda recorrem a clínicas ilegais para realizar o aborto, o que, em muitos casos, resulta em tragédias fatais. Isso representa mais uma forma de violência contra os corpos das mulheres que vivem em áreas periféricas, evidenciando que as mortes estão intrinsecamente ligadas a questões de classe e raça. Os dados do entre 2012 e 2022 do SIH-SUS indicam que mulheres pardas têm mais do que o dobro de risco de morrer por “falha de tentativa de aborto” do que mulheres brancas. Quase metade das que morreram após internações registradas na categoria são pardas, enquanto uma a cada 10 é branca. No entanto, os registros ainda têm lacunas. Na categoria “falha na tentativa de aborto”, 36% dos casos não indicam a raça/cor da paciente. No total de internações em todas as categorias, em 29% dos casos essa informação não está disponível nos dados.

As mulheres que são mães compartilham várias experiências em comum, no entanto, é crucial destacar que as preocupações relacionadas ao aborto ou ao desenvolvimento de seus filhos variam significativamente dependendo das diferentes classes sociais e etnias envolvidas.

Como mães, as mulheres foram idealizadas e também exploradas. E é importante ressaltar aqui que essas mães, embora partilhem das vivências da maternidade e de suas consequentes opressões, possuem experiências divergentes sobre o tema, especialmente com base em sua cor de pele, sexualidade e localização. Se para uma mulher branca a preocupação com as filhas e filhos muitas vezes é com relação a bens materiais (se eles serão roubados em um show, por exemplo), para uma mulher negra, e brasileira, a preocupação é se suas filhas e filhos chegarão vivos em casa ou se serão assassinados por uma polícia racista e classista (Rich *apud* Moron, p.14, 2020).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o aborto é um dos principais causadores de mortes maternas no Brasil. Por ano, cerca de 800 mil mulheres praticam abortos. Dessas, 200 mil recorrem ao SUS para tratar as sequelas de procedimentos malfeitos. “As mulheres pretas e pardas são as mais negligenciadas. Elas vão estar, seja na legalidade ou na ilegalidade, em maior desvantagem do que as brancas no que se refere ao acesso ao serviço e vão terminar tomando decisões mais radicais, que levam à morte”, avalia Emanuelle Goes, epidemiologista e pesquisadora associada do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs), da Fiocruz/Bahia, e integrante da Associação de Pesquisa Iyaleta.

A proibição do aborto começou a ser estabelecida no Ocidente a partir da segunda metade do século XIX. Aproximadamente um século depois, por volta do meio do século XX, essa criminalização seria revogada em muitos países ocidentais, principalmente no hemisfério norte, e em outros países onde ainda persistia, seria reduzida ou mitigada. “Estiveram em curso, nesse processo, transformações na atuação do Estado no âmbito em que Michel Foucault (1999) denominou ‘biopolítica’, isto é, nos arranjos que permitiram justificar e efetivas o controle do Estado sobre as populações” (Biroli, 2009, p. 19).

Para trazer a discussão sobre o aborto para a atualidade no Brasil, em setembro de 2023, ano em que esta monografia está sendo escrita, a então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, emitiu um voto a favor da descriminalização do aborto nas primeiras 12 semanas de gestação. No entanto, o julgamento foi suspenso devido a um pedido de destaque feito pelo ministro Luís Roberto Barroso, que propôs uma nova data para a continuidade do processo. Até o momento em que este capítulo foi escrito, a sessão não foi incluída na pauta das sessões do restante do ano no STF. Esses eventos destacam a falta de progresso no debate sobre o aborto no país, fornecendo elementos importantes para reflexão sobre a estagnação do assunto no cenário brasileiro.

Retomando a discussão histórica, para uma reflexão mais clara, entendo a necessidade de explanar o que é biopolítica e biopoder. Foucault (1970) desenvolveu estes conceitos ao identificar a emergência, durante o século XVIII e, especialmente, no início do século XIX, de um poder disciplinador e normalizador que não mais se limitava à regulação dos indivíduos em nível microscópico, nem se espalhava por todo o tecido institucional da sociedade. Em vez disso, esse poder se centralizava no Estado, atuando como uma forma de política estatal voltada para a gestão da vida e do corpo da população, “foi a descoberta dos micropoderes disciplinares que visavam a administração do corpo individual, surgidos durante o século 17 em consonância com a gradativa formação de todo um conjunto de instituições sociais” (Duarte, 2008, p. 3).

Encerro a introdução deste novo capítulo ao apresentar os conceitos de biopoder e

biopolítica, os quais exploraremos ao longo deste capítulo, com o objetivo de discutir as experiências das mulheres enquanto mães, seus corpos e seus desejos.

### 3.1 QUAL O DESEJO DO GÊNERO FEMININO?

Neste subcapítulo, irei explorar a concepção do desejo nas mulheres, investigando os momentos em que a sociedade reconheceu e permitiu que as mulheres fossem consideradas desejanter. Esta seção é essencial para compreender as complexidades subjacentes à análise, especialmente no que diz respeito à representação das mães como seres desejanter e subjetivos dentro do imaginário social. Será feita uma articulação entre sociedade e o papel da mídia nestes processos repressores de desejo, o que auxiliará na análise das reportagens da Folha de São Paulo no próximo capítulo.

Para contextualizar essa análise, é imprescindível mergulhar na história e examinar o longo histórico de repressão do desejo feminino. Nos capítulos subsequentes, aprofundaremos nossa investigação ao abordar a figura das *histéricas* conforme concebidas por Freud (1970), para então situar-nos no cenário atual de discussões em torno do desejo feminino, com ênfase na dimensão materna.

Dessa forma, estabeleço a base para uma análise abrangente das representações e percepções do desejo feminino ao longo do tempo, destacando a evolução das concepções sociais e culturais em relação ao papel das mulheres como agentes de desejo e subjetividade.

As históricas, conforme concebidas por Freud (1970), representavam mulheres cujo desejo sexual estava profundamente reprimido, resultando na externalização dos conflitos emocionais através de manifestações físicas. Essas mulheres frequentemente experimentavam distúrbios corporais, tais como convulsões e deformidades, como resultado da intensidade da repressão de seus desejos sexuais. O desejo reprimido observado nas históricas de Freud era uma expressão tanto de mulheres homossexuais, incapazes de vivenciar sua sexualidade com parceiras desejadas, quanto de mulheres heterossexuais cujos desejos eram ignorados em uma sociedade onde o sexo muitas vezes era centrado exclusivamente no prazer masculino. Nesse contexto, a frustração resultante desse conflito entre desejos individuais e normas sociais restritivas manifestava-se de maneira física, como sintomas de histeria.

O Pai da psicanálise, Sigmund Freud (1856 – 1939), observou que as crises corporais diminuían quando essas mulheres tinham a oportunidade de discutir abertamente seus desejos sexuais profundamente reprimidos. Esse fenômeno ressaltou a importância do diálogo e da expressão verbal na mitigação dos sintomas históricos, indicando que o confronto e a

compreensão dos desejos reprimidos poderiam aliviar as tensões emocionais e físicas experimentadas por essas mulheres.

A jornalista Verônica Stigger oferece uma perspectiva valiosa sobre o entendimento das históricas por meio da exposição artística intitulada *O útero do Mundo* (2016), estabelecendo uma conexão entre a repressão das mulheres e figuras literárias. Ela destaca que, até o século XIX, havia a crença de que as manifestações históricas, anteriormente consideradas exclusivas das mulheres, derivavam de disfunções no aparelho sexual feminino. Esse contexto histórico reflete não apenas a incompreensão dos transtornos psicológicos, mas também o papel das expectativas sociais restritivas sobre as mulheres na gênese desses sintomas.

Na Grécia antiga, o útero era descrito como um animal vivo que se deslocava pelo corpo feminino,

Se ele ia para o fígado, a mulher perdia imediatamente a voz, passava a ranger os dentes e sua pele ficava escura. Se ia para a cabeça, a mulher sentia dores nas narinas e abaixo dos olhos. Se o movimento se dava em direção às pernas, a mulher tinha espasmos sob as unhas dos dedos dos pés. Se andava rumo ao coração ou às vísceras, o quadro poderia ser ainda mais grave, provocando sufocamento (Stigger, 2016, p. 1).

As mulheres, neste contexto, eram vistas como grandes úteros, serventes apenas para serem gestar: “Cabia à mulher procriar. Para os antigos, se ela não procriasse, ou seja, se não colocasse o útero em funcionamento, este se opunha a mover-se, e o organismo inteiro entrava em colapso” (Stigger, 2016, p. 7).

É imperativo destacar, neste ponto, a importância de compreender a complexidade do desejo ao abordar as mães e as mulheres neste contexto, para que a análise no capítulo 4 contemple diversas as camadas do assunto. Para uma análise completa e aprofundada, é necessário elucidar como a sociedade exerce influência sobre os desejos dessas mulheres. O imaginário, como metodologia escolhida para este estudo, possui uma conexão intrínseca com a psicanálise. Sigmund Freud, o pioneiro dos estudos psicanalíticos, reconheceu a relevância do imaginário ao incorporá-lo aos estudos sobre as históricas. Esta escolha metodológica não é apenas uma decisão acadêmica, mas uma abordagem que permite mergulhar nas camadas mais profundas da psique feminina, relacionados aos desejos das mães e das mulheres. A análise crítica desses elementos é essencial para compreender plenamente a experiência das mulheres, desvelando as nuances da repressão dos desejos e proporcionando resultados valiosos para este estudo. “Freud, que tinha iniciado um trabalho clínico sobre neuroses e os sonhos, passou a considerar esse ângulo os fenômenos mais gerais, como arte, a guerra e a religião” (Legros, 2014, p. 21).

A ênfase no imaginário é fundamental neste trabalho. Como mencionado por Legros

(2014, p. 20): “A arborescência inconsciente de cada indivíduo é alimentada por sua biografia, mas o lençol freático no qual ela se nutre é escavado sob o peso das sedimentações culturais e históricas”. Esta citação destaca de forma eloquente como os desejos e experiências das mães e das mulheres são profundamente influenciados por uma complexa interseção de fatores biográficos, culturais e históricos. O imaginário, portanto, emerge como um terreno crucial para a compreensão dessas dinâmicas. Ele serve como o espaço onde as narrativas individuais se entrelaçam com mitos culturais, estereótipos de gênero e expectativas sociais, formando uma paisagem psicológica intrincada que molda os desejos e as aspirações das mulheres.

Reconhecer a importância desse contexto imaginário é fundamental para analisar de maneira abrangente e sensível os temas abordados neste estudo.

No entanto, torna-se evidente que as mulheres, especialmente as mães, ao longo da história, têm enfrentado a aniquilação de seus desejos individuais devido a uma ênfase excessiva na função reprodutiva como sua única possibilidade de contribuição para a sociedade. Desde tempos imemoriais, as mulheres foram frequentemente relegadas a papéis estritamente relacionados à procriação e à maternidade, limitando suas aspirações e autonomia.

A sociedade historicamente perpetuou a ideia de que a realização das mulheres estava intrinsecamente ligada à sua capacidade de gerar e criar filhos, relegando a segundo plano suas necessidades, ambições e desejos pessoais. Essa restrição imposta às mulheres, ao longo dos séculos, desempenha um papel crucial na criação de um ambiente propício para a emergência de manifestações ditas como históricas, como uma forma de resistência e expressão diante dessa supressão generalizada.

Portanto, é fundamental compreender como a sociedade moldou historicamente as experiências e os desejos das mulheres, influenciando diretamente a forma como esses desejos reprimidos foram posteriormente abordados por filósofos como Freud, que deu nome a um fenômeno já conhecido muito antes, a repressão do desejo feminino.

### 3.2 MÃES DESEJANTES, DESEJADAS OU ENCARCERADAS?

No âmbito da discussão sobre a identidade e desejo, a afirmação de que “o tornar-se mulher confunde-se [...] com o tornar-se mãe” (André *apud* Iaconelli, 2023a, p. 101) ressoa profundamente. Este subcapítulo se inicia com uma adição significativa a essa discussão, oferecendo mais uma referência que lança luz sobre a intrincada relação entre esses dois papéis. Ao explorar essa complexa interseção, este subcapítulo se propõe a compreender não apenas os desafios inerentes a ser mulher, mas também a dinâmica única da maternidade que molda a



identidade feminina, centralizando no desejo, desta vez em um recorte temporal mais atual, buscando pistas para o entendimento da relação mãe-desejo hoje.

Então, após uma análise do subcapítulo anterior que se concentrou em um recorte histórico, este expande seu foco para examinar o desejo das mães e suas manifestações atuais. Esta parte que se inicia questiona não apenas as expectativas sociais e culturais impostas às mulheres, mas também explora o desejo pessoal das mães em meio a essas pressões e como a mesma tem reverberado. Ao considerar as referências atuais, reconhece-se a necessidade de mergulhar no rico desenvolvimento histórico, pois somente assim podemos compreender completamente a evolução desses papéis e as variadas maneiras como as mães e mulheres têm navegado por essas expectativas ao longo do tempo. Ao entrelaçar a história com o período atual, esta pesquisa se esforça para oferecer uma visão ampla das experiências das mães e das mulheres, respeitando a complexidade dessas identidades e suas subjetividades.

As páginas seguintes desempenharão um papel crucial ao delimitar o contexto temporal para nossa análise. Pretendo oferecer ao leitor uma visão abrangente das representações históricas do desejo feminino, proporcionando uma compreensão contextualizada do que esse desejo significava em épocas passadas. Ao entender as raízes históricas, torna-se possível traçar paralelos como cenário atual e discernir as transformações que ocorreram ao longo do tempo.

Este recorte temporal é essencial para apreciar plenamente as nuances do desejo das mães e entender quem são essas pessoas. Ao estabelecer conexões entre o passado e o presente, busco explicar sobre as mudanças sociais, culturais e políticas que moldaram as percepções e expressões do desejo feminino. Dessa forma, o leitor estará mais bem preparado para compreender o conteúdo analisado no capítulo 4, enriquecendo sua compreensão sobre a evolução do desejo das mulheres e sua relevância nas complexas dinâmicas coletivas e individuais da atualidade.

Para compreender adequadamente a natureza do desejo feminino, é imperativo analisar o prazer e seu papel ao longo da história. Conforme salientado por Iaconelli (2023a, p. 40), “quando a concepção e o orgasmo feminino foram reconhecidos como fenômenos distintos, houve uma mudança de interpretação: colocou-se em xeque a importância e, em seguida, a própria existência do desejo sexual da mulher”.

Este ponto crítico na evolução da compreensão do desejo feminino ilustra a influência das percepções históricas sobre a sexualidade feminina e a necessidade de examinar atentamente as mudanças nas interpretações para captar a complexidade dessa dimensão vital da experiência humana.

A partir desse momento de transformação e descentralização do desejo das mulheres, quando são percebidas como mais do que meros corpos para a reprodução, as mulheres tornam-se aprisionados em uma única função: a reprodução. Nesse cenário, o prazer e o desejo das mulheres são frequentemente ignorados e anulados, deixando de ser considerados aspectos fundamentais de sua experiência e identidade. Essa mudança de perspectiva resultou em uma marginalização das necessidades e aspirações das mulheres, restringindo-as a um papel estritamente reprodutivo e desconsiderando completamente sua sexualidade e autonomia.

O desejo das mulheres frequentemente é suprimido quando se discute a continuidade de uma gestação indesejada, como já discutido no capítulo anterior sobre o abortamento no Brasil e sua ilegalidade. Para contextualizar e aplicar esses conceitos à pós-modernidade, é essencial compreender a identidade das gestantes atualmente. Apesar de muitas vezes não terem controle sobre seus próprios corpos, essas mulheres são diferentes daquelas da época em que Freud, Winnicott e outros pensadores desenvolveram teorias sobre sexualidade e maternidade.

A afirmação de Iaconelli (2023a) enfatiza a necessidade de repensar as interpretações de figuras proeminentes como Winnicott.

Ele erra ao considerar a preocupação e o desejo materno primário como fenômenos exclusivos de mulheres identificadas com sua feminilidade. Para sermos justos, aqueles que dão à luz, independentemente do gênero ou identidade de gênero, não podem ser excluídos do contexto winnicottiano, a menos que sejam patologizados (Iaconelli, 2023a, p. 104).

Esta visão mais inclusiva e contemporânea reconhece a diversidade das experiências maternas e questiona as concepções tradicionais sobre gênero, maternidade e desejo, oferecendo um ponto de partida crucial para discutir a autonomia e o desejo das gestantes na sociedade atual.

É crucial ressaltar que os termos *mãe* e *gestante* não são necessariamente intercambiáveis. Embora possam se sobrepôr em algumas circunstâncias, essa sobreposição não reflete completamente a diversidade da realidade social. Existem indivíduos que desempenham o papel de mães sem passar pelo processo gestacional, por meio de adoção ou em relacionamentos homoafetivos. Além disso, é essencial reconhecer que a experiência da gestação não se limita à concepção tradicional associada a uma mulher jovem e branca, que muitas vezes é percebida como um padrão generalizado na sociedade.

Se usamos o significante “gestante” para esse pretense grupo, ele deveria poder incluir as meninas de 9-10 anos abusadas que engravidaram, tanto quanto as idosas pós-menopáusicas inseminadas artificialmente. Incluam-se aí também a adolescente e a

mulher jovem. A partir do recorte radicalizado, coloquemos indígenas, negras, brancas, diferentes etnias e culturas. Acrescentemos gestantes em situação de vulnerabilidade social e as que fazem parte dos 1% de ricos do nosso país. Teríamos ainda de abarcar pessoas com útero que se reconhecem como mulheres e outras que se entendem como homens transgênero (Iaconelli, 2023a, p. 98).

Isso significa que as gestantes, assim como aqueles que exercem funções parentais, têm diversas maneiras de fazê-lo na contemporaneidade, no século XXI, em uma sociedade caracterizada por sua multiplicidade e legitimidade em todas as suas formas “Se trata de um grupo de pessoas lidando com a experiência da concepção a partir dos seus recursos psíquicos únicos sob condições e épocas específicas” (Iaconelli, 2023a, p. 99).

Quando se trata de desejo de parentalidade, pode se dizer que os indivíduos trans e travestis demonstram um genuíno desejo de assumir papéis maternos e paternos, adotando crianças em novos arranjos familiares, já que a imposição maternal não é basal em suas existências, exemplificando a diversidade e a evolução dos conceitos tradicionais de família na sociedade contemporânea: “comumente, essa parentalidade acontece devido a uma situação casual. A adoção informal, desse modo, resulta de uma conjunção entre o desejo de ter filhos e compadecimento em relação à situação de abandono das crianças” (Zambrano, 2006, p. 134).

As pessoas LGBTQIA+, especialmente as pessoas transgênero, são frequentemente marginalizadas e confrontam estigmas sociais significativos que raramente são levados em consideração quando se trata de gestação ou criação de filhos. Optar por ter uma criança de forma não compulsória pode ser considerado um maior sinal de desejo, pois não passa pela compulsoriedade: “o desejo de legitimidade social está apoiado na ideia de que, por serem vítimas da natureza, o seu comportamento não implicaria nenhum tipo de desvio moral, como o atribuído socialmente à homossexualidade e ao travestismo” (Zambrano, 2003, p. 139).

Assim sendo, o desejo genuíno de exercer a parentalidade, livre de pressões sociais para gestar ou maternar, pode ser exemplificado pelas pessoas travestis que optam por adotar. No entanto, é importante notar que, até o ano de 2021, a primeira mulher transgênero a finalizar o processo de adoção no Brasil é um marco significativo. Isso indica que a concepção de maternidade vista como não compulsória ainda é uma realidade rara no contexto brasileiro.

Quando se discute a evolução da maternidade e os desejos das mulheres cisgênero, mesmo que o debate sobre a maternidade e a supressão dos desejos das mulheres tenha sido introduzido na agenda feminista desde o século XX, com teóricas como Beauvoir, como mencionado nos capítulos anteriores, é evidente que a sociedade ainda não valida nem permite plenamente os desejos das mulheres para além da reprodução. O surgimento do termo *mães narcisistas*, frequentemente usado para descrever mães que trabalham, amam, desejam e têm

múltiplas identidades para além de sua função maternal, ainda é alvo de um julgamento intenso.

Isso é ilustrado pelas observações da psicanalista Vera Iaconelli (2023b), conforme ela nos esclarece em uma entrevista para a BBC: “Não faz nenhum sentido a ideia de mãe narcisista' a não ser que a gente entenda que o próprio termo 'mãe narcisista' é um sintoma da nossa sociedade. Ou seja, é claro que existem pais, mães, avós e pessoas que só pensam nelas mesmas, passam por cima de todo mundo, não estão nem aí com os outros”. Contudo, a teórica nos auxilia a pensar em como o termo e a relação com a palavra *mãe*, nada mais são do que mais uma forma de deslegitimar o desejo das mães: “Mas a ideia de mãe narcisista que aparece agora tem muita relação com essa penalização da mulher que quer uma vida para além dos filhos. Em geral, a mãe narcisista não faz nada muito além do que um pai comum faria, que é cuidar da vida dele e deixar os filhos sob a responsabilidade da mãe. Essa categoria é muito ruim porque junta a palavra 'mãe'” (Iaconelli, 2023b).

Para concluir este subcapítulo que examina os desejos das mulheres e preparar o terreno para as análises dos recortes jornalísticos e sociais, podemos afirmar que as mães pós-modernas continuam enfrentando desafios em relação à realização de seus desejos. Apesar das conquistas proporcionadas pelas lutas feministas, que abriram portas para oportunidades de trabalho e uma vida mais independente, e das batalhas militantes LGBTQIA+, que garantiram o direito das pessoas LGBTQIA+ de conceberem e criarem uma família, as mulheres que exercem a maternidade junto a outras mulheres ainda encontram resistência e deslegitimação. Mesmo na era pós-moderna, os desejos das gestantes e das mães permanecem subjugados e confinados, muitas vezes de maneiras sutis, por estruturas como o sistema capitalista.

### 3.3 COMO O JORNALISMO MANTÉM OS PADRÕES

Neste subcapítulo, será abordada a relevância do jornalismo como uma ferramenta social que pode tanto reforçar quanto desafiar padrões sociais existentes. Nas próximas páginas, exploraremos o papel fundamental do jornalismo na sociedade, examinando quem são os agentes responsáveis por disseminar as notícias e como eles influenciam o processo jornalístico. Essa discussão prévia será essencial para proporcionar ao leitor uma compreensão mais profunda da interconexão entre os temas de maternidade, jornalismo e sociedade. Através dessas análises, buscamos explicitar de maneira clara e detalhada essa relação, permitindo uma compreensão abrangente do conteúdo que será apresentado na análise subsequente.

O jornalismo constitui, tanto historicamente quanto contemporaneamente, uma

ferramenta influente na configuração das percepções sociais e seus desdobramentos. Nesse sentido, é imperativo reconhecer que os praticantes do jornalismo, sejam eles autores, editores ou qualquer indivíduo envolvido na disseminação das notícias, estão inextricavelmente imersos no contexto em que operam. Consequentemente, eles inevitavelmente inserem suas perspectivas e posicionamentos nas reportagens que produzem, o que por sua vez influencia a interpretação dos leitores ou espectadores acerca da notícia em questão.

Essa interseção entre o jornalismo, contexto sociocultural e opinião pessoal se destaca como um fenômeno intrínseco à natureza do campo jornalístico, desempenhando um papel crucial na formação das narrativas sociais e na compreensão das complexidades inerentes às dinâmicas sociais.

Todo conhecimento social, e o jornalismo é um conhecimento social, envolve determinado ponto de vista sobre a História, sobre a sociedade e sobre a humanidade. E como humanidade e História são processos que estão em construção, naturalmente não existe um jornalismo puramente objetivo, ou seja, um jornalismo que seja absolutamente neutro. Isto não acontece por motivos de ordem psicológica, como dizem os manuais. Não é porque o indivíduo está psicologicamente envolvido com o fato, mas porque toda a forma de conhecimento pressupõe também um posicionamento do sujeito diante do objeto. Essa é a razão mais profunda porque o próprio jornalismo implica uma visão ideológica, implica um posicionamento ético e político sobre a realidade (Meditich *apud* Veiga, 2010, p. 33).

No início do século XX, o jornalismo começou a assumir o papel que ainda desempenha nos dias de hoje. Apesar de, atualmente, ser profundamente influenciado pela presença de meios digitais e tecnológicos na era pós-moderna, o jornalismo continua a manter sua lógica intrínseca como o observador perspicaz e o comunicador vital das preocupações e acontecimentos que são socialmente pertinentes. Atravessando as transformações digitais e tecnológicas, o jornalismo permanece como uma força indispensável, representando os olhos e ouvidos atentos da sociedade, perpetuando seu papel fundamental na divulgação e discussão das questões que são consideradas cruciais para o entendimento e a interação sociais.

Portanto, é essencial reconhecer que, mesmo diante das rápidas evoluções tecnológicas e da digitalização dos meios de comunicação, o jornalismo continua a desempenhar um papel central como mediador entre os eventos e preocupações coletivas. Ao se adaptar às nuances da era digital, o jornalismo moderno preserva seu compromisso com a informação precisa e relevante, mantendo-se como um canal essencial para a compreensão coletiva e a participação informada na sociedade contemporânea,

O homem contemporâneo, que via no crescimento das cidades um motivo permanente de angústia exatamente pela perda de um controle sobre a realidade circundante,

depositou sobre esse profissional [jornalista] [...] a missão de levar o fato aos ausentes [...] [a missão de] ser o olhar da própria sociedade, angustiada com a velocidade da modernidade, que impedia de ver o que estava acontecendo à sua volta (Enne *apud* Palacios, 2010, p. 40).

A sociedade cada vez mais busca no jornalismo uma fonte segura e confiável de informações sobre questões essenciais do dia a dia e estilos de vida. Dessa forma, o jornalismo se firma como um pilar crucial para a compreensão e interação sociais, se tornando um “sistema de circulação de informação através de vastas redes de distribuição da notícia, que estão superpostas a todas as formas de cultura local, de crença e de escolha original e interior, criando amplas regiões homogêneas de conhecimento comum” (Alsina *apud* Veiga, 2010, p. 36).

Ao mediar entre uma variedade de conhecimentos existentes e ao traduzi-los para uma linguagem acessível e significativa para uma ampla audiência, o jornalismo se configura como um centro de poder-saber na contemporaneidade. Isso é especialmente evidente quando se trata dos modos considerados legítimos e ilegítimos de ser sujeito em uma determinada cultura. O jornalismo desempenha um papel fundamental ao interpretar e comunicar essas nuances, influenciando a percepção pública e contribuindo para a construção coletiva de significados e identidades culturais.

Assim, é possível afirmar que ao longo da história e atualmente, mesmo diante das transformações digitais e das potencialidades inerentes ao campo jornalístico, o jornalismo permanece enraizado como uma ferramenta social de significativa relevância. Os discursos jornalísticos desempenham um papel fundamental ao influenciar e refletir o pensamento coletivo, não apenas transmitindo as agendas sociais, mas também sendo moldados por elas. O jornalismo se apresenta como um reflexo da sociedade, ao mesmo tempo em que contribui ativamente para a construção do discurso público e do entendimento social sobre questões prementes.

Nesse contexto, torna-se imperativo ressaltar a necessidade de compreender profundamente essa dimensão do jornalismo para os desdobramentos do próximo capítulo. Na sequência deste estudo, será realizada uma análise aprofundada por meio da Análise do Discurso Imaginário (ADI), a qual será aplicada. Tal abordagem metodológica permitirá examinar minuciosamente como o jornalismo utiliza sua linguagem para impulsionar ou desafiar transformações e desenvolvimentos sociais. Será por meio desse exame crítico que poderemos desvelar as complexas interações entre o jornalismo e a dinâmica social, lançando luz sobre seu papel intrínseco na moldagem do pensamento coletivo e na condução do discurso jornalístico.

#### 4 AS MÃES ENCONTRADAS

Neste capítulo, será realizada uma análise utilizando a metodologia selecionada para esta monografia, a Análise Discursiva de Imaginários (ADI). A escolha deste método é fundamentada na necessidade de uma compreensão aprofundada dos aspectos discursivos relacionados aos temas de gênero, sexualidade e modelos de família dentro do jornalismo, conforme discutido nos capítulos teóricos anteriores. Para elucidar o critério de seleção do *corpus*, este estudo justifica-se através da análise de três reportagens provenientes do periódico Folha de S. Paulo, tanto na versão impressa quanto online. O enfoque da análise recai não apenas sobre o conteúdo das reportagens, no texto em si, mas também sobre o subtexto, explorando os imaginários subjacentes através da metodologia. Este processo metodológico busca desvelar não apenas o que está explicitamente escrito, mas também as representações simbólicas e imaginárias que permeiam o discurso jornalístico, proporcionando uma análise mais abrangente e aprofundada dos temas em questão.

O jornal escolhido para este estudo é a Folha de S. Paulo, uma vez que é um dos principais veículos de comunicação do Brasil que mantém sua circulação impressa até o ano de 2023. O foco da análise recai sobre o período entre os anos 2000 e 2010, os primeiros anos do século XXI. Nessa época, a internet ainda estava em fase de desenvolvimento e os jornais impressos representavam a principal fonte de notícias e comunicação socialmente relevante. Durante esses anos, a Folha ocupou uma posição de liderança em termos de circulação, mantendo-se nessa posição por um período de 25 anos.

O jornal em questão adota a chamada "um jornal a serviço do Brasil", o que o coloca de maneira proeminente na vida dos brasileiros. Durante o período em análise, este diário paulista registrava uma média diária de vendas de 301.243 exemplares, mesmo em momentos de circulação mais baixa. Assim, as matérias que serão objeto de análise possuem o potencial de terem sido lidas por milhões de pessoas. Os discursos elaborados nessas reportagens eram percebidos como corretos e legítimos perante a sociedade, como discutido nos capítulos teóricos anteriores e que será amplamente detalhado nos subcapítulos subsequentes desta monografia, por meio da aplicação da metodologia de análise proposta.

Foram selecionadas matérias das editorias de saúde, educação e cotidiano, delimitadas conforme existiam na época, abordando diversos aspectos de cada área. As matérias escolhidas, inclusive as publicadas em formato impresso, foram encontradas no portal online da Folha de S. Paulo, utilizando um filtro com a palavra *mães* no período de 2000 a 2010. As reportagens selecionadas foram publicadas nos meses de janeiro, novembro e dezembro, que correspondem

ao final e início do ano. Este intervalo de tempo foi escolhido por ser um período em que o maior número de conteúdos relevantes dentro dessas áreas foi identificado.

Após uma análise minuciosa, tornou-se evidente que estes períodos do ano são marcados pela ocorrência frequente de superlotação em unidades de emergência hospitalar. Além disso, há aumento significativo nas reivindicações relacionadas à educação, bem como outras questões pertinentes ao contexto escolhido para este estudo.

#### 4.1 COMO ENCONTRAMOS AS MÃES? A ANÁLISE DISCURSIVA DE IMAGINÁRIOS E SUAS DESCONSTRUÇÕES

A abordagem metodológica selecionada, desenvolvida por Juremir Machado da Silva (2021), sugere uma compreensão do discurso que transcende o texto literal, considerando o emissor da mensagem. Nessa perspectiva, reconhecemos que o indivíduo que comunica sempre possui uma visão de mundo específica, e sua escrita reflete esse ponto de vista e seus valores pessoais.

Em um contexto específico de seu livro *O que pesquisar quer dizer*, o autor explora detalhadamente a metodologia, mencionando uma situação emblemática. Ele relata um episódio em que a questão do aumento do piso salarial dos professores do ensino fundamental e médio nas redes estaduais foi pauta. Alguns líderes estaduais recusaram-se a acatar imediatamente a aprovação feita pelo governo federal. O autor utiliza esse exemplo para ilustrar como diferentes veículos de comunicação e repórteres podem interpretar a mesma pauta de maneiras distintas. Ele destaca como as opiniões individuais, tanto dos veículos quanto dos repórteres, podem influenciar na importância atribuída à informação, levando a diferentes formas de apresentação da mesma notícia.

Nenhum dos enunciadores mencionados podem ser acusados de ter faltado com a verdade. Todos foram corretos. Limitaram-se, porém, a um ângulo da verdade a ser anunciada. Eu mesmo, como jornalista do Correio do Povo, tomei partido dos professores. Reconhecer isso descobre um elemento da minha cobertura e da minha reflexão como pesquisador. Cada um, inclusive eu, fez uma narrativa com maior ou menor grau de estranhamento, “entranhamento” e destranhamento (Silva, 2010, p. 57).

Dessa forma, procederemos a uma análise do imaginário, partindo dessa perspectiva, considerando o impacto das subjetividades dos emissores e como esse conteúdo repercute na esfera social. Por meio dessa análise, identificaremos as representações maternas tal como são retratadas pelo jornalismo. Todas as matérias analisadas estarão disponíveis nos anexos do



trabalho.

Para iniciar nossa análise, vamos examinar a matéria intitulada *Mães Pedem Mais Vagas em Escolas*, publicada em 12 de janeiro de 2001, na editoria de Educação. O próprio título suscita reflexões, já que a reivindicação pelo direito das crianças parece recair exclusivamente sobre as mães, excluindo as famílias como um todo. Esse enfoque coloca as mulheres-mães numa posição onde são esperadas a lutar pelos direitos básicos de seus filhos, pressupondo que são as principais responsáveis por esse cuidado. Isso implica uma divisão de responsabilidades de gênero dentro de relações heterossexuais e cisgêneros, onde os homens podem se isentar dessas responsabilidades.

No primeiro parágrafo, é possível ler “setenta mães de alunos fizeram ontem um protesto em frente ao Palácio dos Bandeirantes. Elas pedem a abertura de vagas em escolas estaduais na região da Capela do Socorro, zona sul de São Paulo” (cf. Anexo A).

Aqui, podemos observar que, de acordo com a matéria, essa manifestação coletiva foi promovida, concebida e feita exclusivamente pelas mães, que estavam envolvidas nesse movimento, sem nenhuma participação de outros familiares, nem em sua organização anterior.

No segundo parágrafo, encontramos,

Segundo as manifestantes, desde que a Secretaria de Estado da Educação passou a separar os alunos de séries distintas em prédios diferentes - a reorganização do ensino, as escolas estaduais tiveram seu número de vagas reduzidas. Por isso, 600 crianças estariam sem escola na região (cf. Anexo A).

No entanto, podemos refletir sobre o número alarmante de crianças em situação de vulnerabilidade e que frequentam escolas públicas, sendo então privadas do acesso à educação, enquanto apenas um grupo pequeno de pessoas está levantando essa bandeira crucial. Considerando que cada criança tem um familiar ou responsável legal, deveríamos ver aproximadamente 600 pessoas, defendendo o direito fundamental dessas crianças à educação, um direito garantido pela Constituição. No entanto, apenas 70 mães estiveram envolvidas nessa manifestação, apesar da necessidade muito maior de vagas e de pessoas de as quais deveriam envolver-se na luta pela educação destas crianças.

Nos próximos parágrafos, a reportagem narra,

Elas tentaram entrar no palácio para entregar ao governador Mário Covas (PSDB) uma lista de 12 escolas que teriam salas ociosas. Como não conseguiram, saíram em "procissão" pelas ruas da região. A secretária de Estado da Educação de São Paulo, Rose Neubauer, informou que os nomes das crianças devem ser encaminhados à direção regional de ensino. ‘Vamos atender, em parceria com a prefeitura, a todos.’ Ela disse que foram abertas nas escolas daquela região, 18.870 vagas e que, desde 95,

elas funcionam em turnos de cinco horas (cf. Anexo A).

Dessa forma, as mães buscaram uma tentativa de diálogo com o governador, que as impediu de pleitear os direitos de seus filhos e dos demais estudantes, relegando essas mulheres a uma posição única de tutela, como se as mesmas não tivessem voz para o ambiente político. Diante da recusa, elas se engajaram em uma marcha pacífica pelas ruas da região, assumindo novamente o papel de protetoras e portadoras de serenidade, mesmo diante da ausência de atendimento às necessidades educacionais básicas dos estudantes.

A reportagem, por sua vez, procurou a Secretária de Educação, única figura de Estado que se dispôs ao mínimo diálogo, sendo essa uma mulher que se dispôs a fornecer alguma forma de resposta a essas mães, ainda que de maneira morosa, considerando a urgência das circunstâncias das crianças envolvidas. No entanto, nem as mães e nem as crianças foram ouvidas e não receberam qualquer resposta do então governante.

A finalização da reportagem me coloca em alerta ao seu conteúdo como um todo, pois, apesar da presença de setenta mães, não há nenhum relato direto de suas experiências, necessidades e preocupações em relação à educação de seus filhos, não há aspas de uma mãe sequer. Não se discute a importância crucial do acesso à educação para essas crianças, tampouco as oportunidades de emprego que poderiam surgir para essas mulheres com base no tempo que seus filhos passam na escola. A presente discussão transcende o âmbito das constatações evidentes, adentrando esferas intrincadas que foram e exploradas nos capítulos teóricos anteriores desta monografia. Essas seções, às quais faço referência utilizando o termo "economia do cuidado", não apenas delineiam o papel materno como um espaço de cuidado e reivindicação, mas também como uma dimensão econômica de imensa relevância, que ultrapassa as fronteiras do contexto estritamente doméstico.

A noção de "economia do cuidado", conforme nos traz a psicanalista Vera Iaconelli (2023a) transcende a concepção tradicional do cuidado como uma responsabilidade exclusivamente materna. Ela implica, primordialmente, o reconhecimento do trabalho de cuidado como uma atividade que sustenta não apenas a célula familiar, mas também a economia em sua totalidade. Ao subverter as normas sociais profundamente enraizadas que confinam as mulheres a esse papel, emerge um paradigma transformador no qual as mulheres não são apenas encaradas como meras cuidadoras, mas como protagonistas influentes no contexto profissional e econômico.

Quando a pauta educação é colocada, a esfera social não está apenas proporcionando oportunidades educacionais, mas também capacitando suas mães. Ao libertar essas mulheres

do ciclo limitador do cuidado incessante, estamos emancipando-as para uma participação mais ativa no mercado de trabalho.

O autor ou autora, cuja identidade permanece anônima, revelando-se assim como um/a repórter local não especificado(a), parece incapaz de enxergar essas mães como indivíduos distintos, cada uma com sua subjetividade, perspectivas e capacidade de expressão. Em vez disso, todas são homogeneizadas e tratadas como uma entidade coletiva.

Além disso, ao relatar o contexto abrangente, a reportagem confere o direito de palavra apenas às fontes oficiais, como a secretária de saúde. Tal abordagem sugere que somente as vozes das autoridades detêm relevância, marginalizando as vozes das pessoas diretamente afetadas pela escassez de vagas escolares.

Este aspecto revela uma lacuna na representação, desconsiderando o testemunho e as experiências reais das mães e suas lutas diárias. É crucial reconhecer a pluralidade e a singularidade dessas vozes maternas, concedendo-lhes o espaço e a dignidade de serem ouvidas em seu contexto social e político, contribuindo assim para uma compreensão mais completa e justa das complexas questões educacionais e sociais enfrentadas por essas mulheres, suas famílias e seus lugares sociais.

A análise da primeira reportagem revela uma clara visão social por parte do repórter, mesmo que este não seja identificado pelo nome, um dos principais marcadores sociais de identidade. Apesar da ausência de identificação direta, o texto transmite as concepções e pensamentos do autor de forma evidente. Esta abordagem encontra consonância com a metodologia adotada nesta monografia, que utiliza a Análise Discursiva do Imaginário para desvendar camadas mais profundas do discurso presente na reportagem.

Por meio desta metodologia, é possível desvelar não apenas o conteúdo explícito da matéria, mas também as nuances pessoais e subjetivas do repórter que desempenha o papel de emissor das informações. Neste contexto, torna-se evidente como o texto não apenas relata os eventos e as experiências das mães em questão, mas também reflete as crenças, preconceitos e visões de mundo do repórter. A ausência de identificação pessoal não impede que as inclinações e perspectivas individuais do/a autor/a se manifestem no texto, permeando a narrativa com sua própria interpretação dos eventos e das pessoas envolvidas.

Ao examinarmos além da superfície da matéria escrita, podemos acessar não apenas o pensamento do/a repórter, mas também suas vivências e questões intrínsecas. Isso inclui não apenas sua visão das mães retratadas na reportagem, mas também sua concepção do feminino na sociedade como um todo. As escolhas linguísticas, os enfoques temáticos e as ênfases presentes na reportagem revelam não apenas o que foi dito, mas também o que foi silenciado,

permitindo-nos explorar as motivações por trás das escolhas do repórter e, por extensão, sua própria compreensão das dinâmicas sociais e de gênero.

Dessa maneira, a Análise Discursiva do Imaginário se mostra como o instrumento ideal para proporcionar uma compreensão aprofundada não apenas do conteúdo manifesto na reportagem, mas também das camadas subliminares e lança luz sobre as complexas interações entre identidade, poder e representação presentes no contexto midiático analisado.

A segunda análise a ser conduzida, delimitada ao período entre 2000 e 2010, refere-se a um artigo publicado em 28 de novembro de 2005, intitulado *Hospital nega atendimento a crianças no Rio*, presente na seção cotidiano. Antes de adentrarmos nos detalhes do conteúdo, é notável a inclusão deste material na categoria 'cotidiano' em vez de 'saúde', mesmo considerando que hospitais estão intrinsecamente ligados à saúde. A recusa de atendimento a crianças deveria ser considerada um grave problema de saúde pública, merecedor de destaque nas manchetes principais. No entanto, a decisão editorial foi de incluir esse tema em meio a diversas outras reportagens, diluindo sua importância e, de certa forma, legitimando a triste realidade de que o acesso à saúde ainda é negado a pessoas, inclusive crianças.

No primeiro parágrafo, a reportagem começa, “duas mães tiveram de apelar à Polícia Militar para que seus filhos fossem atendidos na madrugada de ontem no hospital municipal Souza Aguiar, no centro do Rio de Janeiro, o maior de emergência do país e um dos maiores da América Latina” (cf. Anexo B).

A situação descrita enfatiza ainda mais a vulnerabilidade das crianças e a responsabilidade exclusiva das mães em garantir os direitos básicos de saúde para seus filhos. A narrativa ressalta a urgência do cenário, enfocando a necessidade iminente de atendimento médico para as crianças e destacando o papel fundamental das mães como cuidadoras e defensoras dos direitos essenciais de seus filhos nesse momento delicado, sendo elas a única figura de zelo, cuidado e defesa dos direitos das crianças doentes.

Uma das crianças, de dois anos, apresentava crise de bronquite. A outra, de nove meses, tinha ingerido comprimidos acidentalmente. O chefe da equipe de emergência do Souza Aguiar no sábado, Alfredo Tutti, no entanto, pediu que as mães procurassem outro hospital. Para garantir socorro aos filhos, as mães chamaram a Polícia Militar (cf. Anexo B).

Conforme reportado, mesmo diante da reputação do hospital como a maior emergência da América Latina, conforme destacado pela reportagem, o atendimento a essas crianças foi negado. Essa recusa ilustra uma tendência preocupante no sistema de saúde, onde mães e crianças, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade, enfrentam obstáculos

significativos para acessar serviços médicos essenciais. Essa prática reflete uma abordagem elitista na prestação de cuidados de saúde, evidenciando uma falta de consideração pelas necessidades das mães e dos indivíduos pertencentes às classes socioeconômicas mais baixas. O capítulo 3, apoiado pelas ideias de Simone de Beauvoir (1949), destaca como os médicos frequentemente emitem julgamentos de valor ao decidir quem merece assistência médica e de que maneira essa assistência deve ser prestada, partindo de um outro contexto, no caso do capítulo fala-se sobre políticas de abortamento e as condutas médicas, mas nesse caso me parece interessante correlacionar a forma de fazer medicina e os médicos que estão inclusive nos atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS). Um dos princípios do SUS é a universalização, a qual em diz que “a saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características sociais ou pessoais” (Sistema..., 2023?).

Esse padrão de comportamento por parte dos médicos não apenas contradiz os princípios do SUS, mas também perpetua desigualdades sociais e econômicas. Além disso, evidencia a necessidade urgente de uma reflexão profunda sobre a ética médica e a formação dos profissionais de saúde e a gestão pública da saúde, a fim de garantir que o acesso à saúde seja verdadeiramente universal e igualitário para todas as pessoas, independentemente de sua origem social ou econômica.

Nos parágrafos seguintes da reportagem, é possível ler

PMs do 5º batalhão (praça Mauá) estavam prontos para conduzir o chefe da equipe do hospital à delegacia para registrar a queixa por omissão de socorro. Após cerca de três horas de confusão, a PM conseguiu convencer o médico a atender às crianças. "O médico ameaçou fechar a emergência e não atender a mais ninguém", relatou uma das mães, Juliana Rodrigues, 21 (cf. Anexo B).

Neste trecho da reportagem, fica evidente a lacuna das medidas legais em lidar com casos de omissão de socorro por parte de profissionais de saúde. Mesmo diante de uma clara violação dos princípios éticos e legais, o médico em questão não foi prontamente conduzido à delegacia para prestar esclarecimentos. A demora no processo de responsabilização, como descrito, levanta questões sérias sobre a capacidade e vontade das autoridades em fazer cumprir a lei quando se trata de casos envolvendo médicos e pacientes vulneráveis.

Além disso, a escolha do repórter em não investigar a razão por trás dessa falta de ação policial sugere uma aceitação tácita desse comportamento inadequado por parte dos médicos. Ao não questionar as autoridades sobre o motivo pelo qual o médico não foi imediatamente

levado à justiça, e nem utilizado a fala dos mesmos, fez com que o jornalista inadvertidamente contribuísse para a impunidade que pode prevalecer em situações semelhantes no futuro.

Essa lacuna na aplicação da lei não apenas prejudica a confiança da comunidade no sistema de justiça, mas também reforça uma cultura em que médicos podem agir com impunidade, independentemente das consequências de suas ações. Esse episódio ressalta a necessidade crítica de uma análise mais profunda das dinâmicas entre profissionais de saúde, autoridades policiais e as leis que regem o atendimento médico. Apenas com um entendimento claro e uma aplicação rigorosa das leis existentes podemos esperar garantir a responsabilização adequada em casos de negligência médica e, assim, garantir um sistema de saúde mais justo e ético para todos os cidadãos.

No depoimento de Juliana Rodrigues, de 21 anos, presente no mesmo trecho da reportagem, fica explícita a atitude do médico que ameaçou fechar a emergência diante da situação das crianças. Embora não tenha sido especificado se Juliana é mãe da criança de dois anos ou da de nove meses, sua idade sugere que ela provavelmente se tornou mãe em uma idade jovem, possivelmente ao redor dos 19 ou 20 anos. Esse fato, aliado ao contexto do hospital localizado na região central do Rio de Janeiro, sugere que Juliana é uma residente dessa área, a qual é predominantemente composta por pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa forma, é plausível pensar que Juliana seja uma mãe em situação de vulnerabilidade social, buscando assistência médica para seus filhos através do SUS.

O comportamento do médico, ao ameaçar fechar a emergência diante da presença de uma mãe jovem e economicamente desfavorecida, ilustra a realidade de discriminação e negação de atendimento com base em preconceitos sociais. Esta situação destaca não apenas a falta de empatia por parte do médico, mas também revela a existência de estigmas profundamente enraizados que permeiam o sistema de saúde. O episódio, portanto, não é apenas um exemplo de negligência médica, mas também um reflexo das disparidades sociais e econômicas que continuam a afetar o acesso igualitário à saúde para todos os cidadãos.

Nas seguintes linhas da reportagem, é possível ler,

O diretor do Hospital Souza Aguiar, José Macedo, disse à Folha que o volume de atendimento da emergência é grande e, por isso, a orientação é dar prioridade aos casos mais graves. Contudo, o diretor não soube informar quais eram os casos mais graves que estavam sendo atendidos naquele momento. "As famílias das crianças chamaram a polícia por ansiedade. Todo mundo quer ser atendido e deve ser atendido", declarou Macedo, acrescentando que vai apurar hoje com o chefe da equipe do sábado o que ocorreu (cf. Anexo B).

O enfoque seletivo da reportagem, ao ouvir apenas uma das mães envolvidas, apesar das

reivindicações por atendimento provenientes de duas mães claramente mencionadas no texto, é revelador de uma escolha editorial que, de forma consciente ou não, diminui a voz das mães envolvidas nessa situação angustiante. Optar por dar espaço ao diretor do hospital, não contextualizando o fato em relação a estrutura e falta de profissionais qualificados na instituição e coloca uma fala que minimiza tanto o sofrimento das mães quanto o descaso evidente da instituição, o que cria uma narrativa que subestima a urgência e a gravidade do caso. Ao descrever o desespero das famílias das crianças como algo comum e não extraordinário, o diretor do hospital não apenas ignora a gravidade da situação, mas também perpetua a normalização do negligenciamento de pacientes, especialmente aqueles provenientes de comunidades marginalizadas.

A escolha da reportagem (que não se identifica) em dar destaque a essas aspas específicas ilustra uma tendência preocupante de minimização do sofrimento das mães e de como as instituições de saúde falhavam naquele momento em fornecer o atendimento adequado.

Além disso, a referência a essas mães como *famílias* destaca uma realidade da sociedade brasileira: a falta de apoio e redes de segurança para mães solteiras ou desfavorecidas financeiramente. Essas mulheres, já sobrecarregadas pelo cuidado de seus filhos doentes, são deixadas à mercê de um sistema de saúde que, ao invés de oferecer ajuda, as desconsidera e as inferioriza.

Essa escolha editorial não apenas prejudica a integridade jornalística, mas também reflete uma falha sistêmica mais ampla na forma como a sociedade brasileira trata seus cidadãos mais vulneráveis. É um lembrete doloroso de como as vozes daqueles que mais necessitam de ajuda muitas vezes são silenciadas, perpetuando assim a desigualdade e a injustiça em nosso sistema de saúde.

Estas mães jovens que aparecem na reportagem, podem representar a geração *nem-nem*, que tem sido estigmatizada ao longo do tempo como *jovens preguiçosos*, mas a realidade no Brasil é outra. De 37 países o Brasil é o 2º com a maior quantidade de jovens que nem trabalham e nem estudam, de acordo com o IPEA. Desse número de jovens entre 18 e 24 anos 52% são mulheres e 66% são pretos e pardos. Aqueles que nem trabalham nem estudam somam 7,1 milhões em 2023, ano em que esta monografia está sendo escrita. O que deixa claro que as mulheres mães jovens de baixa renda, estão entre as estatísticas de ter as suas possibilidades mercadológicas e acadêmicas aniquiladas em razão da gestação e criação dos filhos.

Nos últimos parágrafos, a reportagem finaliza,

No setor de pronto-atendimento do Souza Aguiar, cerca de 480 pacientes são

atendidos diariamente. A falta de ao menos 300 tipos de medicamento levou os médicos a suspenderem parte do atendimento em outubro. Apenas os pacientes em estado grave foram recebidos na unidade. As cirurgias eletivas foram canceladas. O hospital, por sua localização estratégica no centro da cidade, recebe uma parte significativa de baleados em confrontos entre traficantes ou com a polícia. Só dois dos seis aparelhos de raios-X são de uso corrente. De dez salas para cirurgias, quatro costumam ficar fechadas, de acordo com a comissão de saúde da Assembleia Legislativa do Rio (cf. Anexo B).

A conclusão da reportagem destaca a grave deficiência no fornecimento de medicamentos em um hospital renomado e de grande porte. O fato de que, no mês anterior à publicação da matéria, o hospital enfrentou uma escassez de 300 medicamentos essenciais revela uma realidade alarmante e inaceitável. Essa falta de recursos impactou diretamente os atendimentos médicos, expondo uma vez mais a negligência flagrante do Estado em relação à saúde pública.

Além disso, é notável a persistente ênfase do repórter na localização do hospital e no perfil socioeconômico dos pacientes que ali são atendidos. Ao mencionar que o hospital frequentemente recebe vítimas de confrontos armados, o texto reforça estereótipos negativos associados à região de baixa renda. Essa repetição enfatizada serve apenas para consolidar a ideia de que a má qualidade do atendimento médico é de alguma forma aceitável para essa população, uma conclusão que é não apenas injusta, mas também profundamente prejudicial.

Ao focar repetidamente nas características geográficas e demográficas do hospital, o repórter inadvertidamente contribui para a perpetuação de preconceitos e estigmas associados aos pacientes de baixa renda. Essa abordagem não apenas distorce a realidade, mas também legitima indiretamente a má gestão e o descaso sistêmico em relação à saúde da população mais vulnerável. É essencial que o jornalismo se comprometa a retratar com precisão e equidade todas as facetas dos problemas de saúde pública, sem reforçar estereótipos que perpetuam injustiças e desigualdades.

A terceira e última reportagem analisada nesta monografia foi publicada no ano de 2010, marcando o encerramento do período temporal delimitado para este estudo. Intitulada *Filha de casal de lésbicas ganha sobrenome das duas mães na Argentina*, a matéria foi veiculada em 30 de dezembro de 2010, na editoria 'mundo'. A escolha editorial da matéria na seção 'mundo' deixa transparecer uma dinâmica editorial que, por vezes, subestima a importância e complexidade dos temas sociais e culturais abordados. A reportagem em questão é um marco significativo, pois trata do primeiro caso documentado em que uma criança recebeu o sobrenome de suas duas mães, refletindo não apenas uma mudança legal, mas também um avanço cultural e social relevante.



Ao categorizá-la junto com uma variedade de notícias que vão desde questões políticas globais até atrações turísticas, há uma diluição do impacto e da singularidade do ocorrido. Essa escolha também destaca a necessidade de uma análise crítica do papel da mídia na construção de narrativas sociais. A inclusão dessa reportagem em uma seção generalizada pode inadvertidamente ilegitimar a relevância das questões LGBTQ+ e reforçar estereótipos existentes, em vez de promover uma compreensão mais profunda e inclusiva da diversidade familiar.

No primeiro parágrafo é possível ler: “uma bebê filha de duas mulheres que se casaram em 21 de outubro na Argentina foi registrada em cartório civil com os sobrenomes das duas mães, informou nesta quinta-feira um porta-voz do órgão oficial” (cf. Anexo C).

O início da matéria nos imerge em uma multiplicidade de reflexões sobre o tema. Ao relatar que a notícia foi disseminada por meio de um porta-voz estrangeiro, fica evidente que o acontecimento recebeu ampla cobertura internacional, facilitando sua divulgação e legitimação. Entretanto, essa exposição global também tem seu ônus, pois pode levar as pessoas a perceberem essa forma de maternidade como algo distinto do convencional. O valor noticioso atribuído à história a distância do cotidiano comum. Enquanto milhares de crianças em todo o mundo são registradas em cartórios por casais formados por homens e mulheres, muitas vezes apenas com o nome da mãe devido ao não reconhecimento paterno, essas situações raramente ganham destaque midiático. No entanto, o caso de duas mulheres que buscam garantir os direitos básicos de sua filha, como o direito aos seus próprios nomes, torna-se notícia, como se fosse algo extraordinário e incomum.

No segundo parágrafo, a matéria continua: “a menina é legalmente a primeira filha de um casal de lésbicas e foi registrada com o nome Bianca Juliana Giménez Relea --levando os sobrenomes de Paola, sua mãe biológica, e de Claudia, companheira de Paola, que foi autorizada a presenciar o parto” (cf. Anexo C).

Neste parágrafo, o repórter novamente destaca a singularidade de a criança ser filha de um casal de lésbicas. O que me chama atenção, considerando que se trata de uma recém-nascida, é a decisão do repórter de expor o nome completo da criança. Isso significa expor sua identidade não apenas para um público amplo, mas também para os milhares de leitores brasileiros da Folha de S. Paulo. O Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+, de acordo com a pesquisa feita pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2021 ocorreu uma morte a cada 29 horas, porém há uma tendência de este número ser ainda maior, mas não ser tão palpável em função da subnotificação em relação ao tema. Por tanto, o repórter expôs a criança e as mães para um país que pode ser perigoso e cruel para essa família.

Além disso, o repórter estabelece uma distinção entre a 'mãe biológica' e a 'companheira', sugerindo que apenas a mãe biológica é a verdadeira mãe da criança, enquanto a companheira é relegada a um papel secundário. Essa clara demarcação no texto reforça a visão do repórter sobre a dupla maternidade dessas mulheres, negando a validade da maternidade de ambas. Mesmo ao tratar de uma gestação lésbica, o repórter insiste em enquadrar essas mulheres em um modelo heteronormativo, no qual apenas uma delas pode ser reconhecida como mãe legítima. Essa escolha linguística revela o viés do repórter, evidenciando a falta de reconhecimento e legitimação da dupla maternidade, perpetuando assim estereótipos e preconceitos.

No terceiro parágrafo, o texto declara “em 21 de outubro, Claudia e Paola se transformaram no terceiro casal homossexual a se casar na província de Entre Ríos, nordeste da Argentina, após a reforma do Código Civil permitindo o casamento entre pessoas do mesmo sexo no país” (cf. Anexo C).

Neste trecho, a abordagem do repórter revela não apenas a celebração do casamento, mas também evidencia uma disparidade na maneira como a mídia tradicionalmente representa casamentos entre casais heterossexuais e casais do mesmo sexo. Ao destacar que esse foi apenas o terceiro casamento homossexual registrado na província de Entre Ríos, o repórter sublinha a excepcionalidade do evento. Essa escolha ressalta tendência dos jornalistas em focar acontecimentos que fogem ao padrão heteronormativo como algo excêntrico. Essa disparidade na cobertura jornalística não apenas reflete, mas também perpetua estigmas e discriminação contra casais homoafetivos. Ao sublinhar a raridade do casamento, o repórter implicitamente sugere que esse tipo de união ainda é algo fora do comum, algo digno de nota e surpresa. Isso não apenas marginaliza casais homossexuais, mas também influencia a percepção pública sobre essas uniões, contribuindo para a persistência de preconceitos e estereótipos.

A matéria finaliza relatando sobre o processo de concepção da criança: “Paola já estava grávida no momento da cerimônia, e tinha anunciado que sua primeira filha, concebida graças à ajuda de um amigo do casal, teria o nome de Bianca Juliana” (cf. Anexo C).

No desfecho da reportagem, o parágrafo introduz algumas questões cruciais que merecem uma revisão crítica no discurso do repórter. Uma delas é a maneira como a concepção da criança é detalhada, destacando que Paola já estava grávida no momento da cerimônia e que sua primeira filha, Bianca Juliana, foi concebida com a ajuda de um amigo do casal. Este aspecto é particularmente relevante, pois o repórter parece insistir em enfatizar a participação de um homem na concepção da criança, como se isso conferisse legitimidade à dupla maternidade de Claudia e Paola. É importante notar que a forma como a criança foi concebida,

seja por meio de inseminação artificial ou de outras técnicas, não deveria ser um ponto de destaque na narrativa, pois não acrescenta elementos teóricos substanciais ao texto. Além disso, ao enfatizar o papel do homem nesse processo, o repórter introduz marcadores heterossexuais em uma relação homossexual, o que faz com que a relação das duas mulheres e a dupla maternidade se torne ilegítima.

A descrição da ajuda do amigo na concepção da criança também levanta questões sobre como essa assistência é retratada. Ao usar termos como *ajudado*, o repórter cria uma dinâmica de piedade, sugerindo que o homem desempenhou um papel caridoso ao permitir que as mães tivessem sua filha. Essa abordagem não apenas subestima a autonomia e a capacidade de decisão das mulheres envolvidas, mas também perpetua estereótipos de gênero ao atribuir aos homens um papel benevolente e central na criação da família, mesmo em contextos não tradicionais. Portanto, é essencial analisar criticamente essas escolhas linguísticas e narrativas, a fim de desafiar e desconstruir normas heteronormativas e de gênero na cobertura jornalística de famílias não convencionais.

Após realizar a análise de três matérias de um mesmo período, a primeira década do século, pulando a cada 5 anos para o próximo título, foi possível entender um fazer jornalístico da época, que ainda se propaga nos dias atuais. As matérias fazem parte de editoriais diferentes. Ao longo da análise, faço diversos questionamentos sobre a escolha editorial em colocar cada matéria na sua respectiva editoria, contudo, mesmo que estas reportagens estejam em editorias questionáveis, as três escolhidas fazem parte de questões sociais diferentes e se mantêm dentro de editorias diferentes entre si. Cada matéria foi escolhida, a partir de milhares de matérias produzidas entre 2000 e 2010, mas foram escolhidas pautas que partem de temas que me são caros enquanto autora e caros também a sociedade.

Decidi fazer este recorte, mesmo que escreva estas linhas 13 anos após a matéria mais nova, pois desejo fazer um apanhado histórico de como o jornalismo vem se desenvolvendo ou não, em questões intrinsecamente sociais. Para além das matérias aqui selecionadas, faço análises mais básicas e rápidas em meu dia a dia e vejo, mesmo quase uma década e meia depois, as reportagens tendo discursos muito parecidas com as matérias que aqui foram descritas. Portanto, as lacunas de desenvolvimento social que são deixadas aqui, não retratam apenas uma época, retratam uma forma de um fazer jornalístico que é propagado até os dias de hoje. Foi possível analisar como os discursos atuam para perpetuar padrões e ideias no imaginário social que aprisionam e aniquilam as subjetividades e desejo dos maternares. Mantendo então, as mulheres mães no mesmo lugar de cuidado e impossibilidade de ser o que se é.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluo esta etapa acadêmica nas próximas linhas deste trabalho. Ao passar por este processo de finalização, ainda me mantenho muito atravessada pela ideia de que as relações de feminilização e cuidado, ainda são correlacionadas e possuem uma grande caminhada para essa mudança. Desejo aqui retomar o tema da redação do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) 2023, que citei na introdução, o qual possuiu o tema da redação *Os desafios para enfrentar a invisibilidade do trabalho de cuidado das mulheres no Brasil*, deixando claro a necessidade de abordar os temas das múltiplas maternidades e as diversas (im)possibilidades a partir do nascimento de uma mulher.

Me mantenho atravessada por este tema, por pensar que 3.939.242 milhões de estudantes que estão, em geral, no ensino médio, pensaram sobre a invisibilidade do trabalho doméstico em seu território, pressupondo reflexões para além de teóricas, também práticas, das suas rotinas e dia a dia. É interessante observar que, ao fazer uma análise de forma não científica, mas especulativa nas minhas redes sociais, muitas pessoas, especialmente homens, demonstraram insatisfação com o tema proposto para a redação. Embora essa observação possa refletir um recorte específico da minha *bolha virtual*, é possível, ao considerarmos o contexto geral e os estudos de gênero, compreender por que os homens se sentem afetados e ameaçados quando se discute a invisibilidade do trabalho exaustivo das mulheres, seja no âmbito doméstico ou como mães.

A meu ver, essa reação pode ser atribuída à resistência em reverter uma lógica que privilegia homens há tanto tempo. A discussão sobre o trabalho doméstico e as responsabilidades maternas evidencia as disparidades de gênero que permeiam nossa sociedade, desafiando as normas estabelecidas e questionando os privilégios historicamente concedidos aos homens. Ao confrontar essa realidade, é natural que alguns indivíduos, especialmente aqueles que se beneficiam dessas desigualdades, sintam-se desconfortáveis e ameaçados. No entanto, é fundamental continuar essas discussões para promover uma mudança significativa e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

É fundamental considerar a relação direta do jornalismo com o tema em questão. Embora eu não aprofunde o assunto em termos analíticos, dado que o escopo e a pauta da minha análise nesta monografia não abrangem essa área específica, é relevante observar com cautela a repercussão jornalística do tema da redação.

A análise cuidadosa da cobertura jornalística sobre a invisibilidade do trabalho das mulheres e suas subjetividades e desejos é crucial, especialmente ao perceber como, mesmo em

2023, o jornalismo se mantém perpetuando ideias machistas, sexistas e aniquilantes. A forma como as mulheres são retratadas na mídia, muitas vezes limitadas a estereótipos e papéis tradicionais, contribui para a manutenção das desigualdades de gênero.

Ao refletir sobre a influência da mídia, é importante questionar as narrativas predominantes e buscar uma representação mais justa e inclusiva das mulheres na sociedade. Isso implica não apenas em desafiar as estruturas de poder dentro das redações jornalísticas, mas também em promover uma conscientização pública sobre a importância de uma cobertura equitativa e respeitosa das questões relacionadas ao gênero. Somente assim poderemos criar uma mídia que contribua de forma positiva para a desconstrução dos estereótipos de gênero e para a promoção da igualdade entre os sexos.

Aqui portanto, me proponho a trazer pistas possíveis sobre quem são as mães pós-modernas, as quais são as mães desejantes, desejadas e com múltiplas possibilidades de vida, a partir do maternar. Entretanto, o jornalismo segue estereotipando estas mulheres e aniquilando as suas possibilidades de existir através do discurso midiático.

Este trabalho de conclusão de curso não se propõe a trazer respostas. Não me propus a fazer nenhum tipo de análise quantitativa, não fez parte do meu escopo produzir dados. Me propus, desde o início de cada linha escrita, a afetar e colocar a pauta de gênero, principalmente as maternidades e suas pluralidades, como assunto a ser discutido com urgência.

A partir da necessidade de abordar as maternidades, busquei trazer a história das mães, as pistas de quem são as mães pós-modernas e ao longo de toda essa busca, encontro uma fresta para declarar quem foram as mães encontradas até aqui e de que forma o jornalismo auxilia neste encontro e nestas formas de manter os mesmos maternares.

O tema das maternidades no Brasil permanece amplamente subexplorado, com uma lacuna significativa nas pesquisas, especialmente no contexto jornalístico. A relação entre os padrões rigorosos impostos às mães e o papel do jornalismo em perpetuar esses padrões são pouco examinadas. Embora haja alguns trabalhos de jornalistas, incluindo do estado do Rio Grande do Sul, que se dedicam a integrar gênero e comunicação, o tema da maternidade ainda é bastante negligenciado dentro do espaço comunicacional.

Minha abordagem nesta monografia não visa fornecer respostas definitivas, mas sim gerar mais perguntas. Pretendo questionar os padrões estabelecidos e, quem sabe, eventualmente, levar essa discussão para além do ambiente acadêmico, buscando incorporar o tema nas redações dos veículos de comunicação. Essa iniciativa visa estimular uma reflexão crítica sobre a forma como as mães são retratadas na mídia e, assim, desafiar os estereótipos prejudiciais que permeiam essa representação. Ao fazer isso, espero contribuir para uma mudança significativa na maneira como a maternidade é abordada e discutida, promovendo uma representação mais justa e realista das experiências das mães e das mulheres no Brasil.

Ao concluir este ciclo da graduação, alimento o desejo de prosseguir minha jornada acadêmica em direção ao mestrado e ao doutorado. Meu foco de pesquisa será voltado para as experiências das mães, explorando a dinâmica de gênero e buscando superar as barreiras discursivas.

Tenho a ambição não apenas de me dedicar à pesquisa científica, mas também de levar os conhecimentos adquiridos para os veículos de comunicação. Acredito no poder transformador do jornalismo e desejo contribuir para ampliar essa influência. Através da pesquisa acadêmica, pretendo formular novas perguntas e provocar inquietações, desafiando as percepções estabelecidas e estimulando um pensamento crítico sobre o papel do jornalismo na sociedade.

Minha visão vai além da academia; aspiro transformar-me em uma educadora capaz de auxiliar a próxima geração de jornalistas. Pretendo transmitir não apenas técnicas e habilidades, mas também a importância de pensar para além do discurso superficial. Almejo que meus futuros alunos compreendam o impacto profundo do jornalismo no imaginário social e reconheçam sua imensa relevância para a sociedade em que vivemos. Assim, busco contribuir para a formação de jornalistas que não apenas informem, mas também inspirem, desafiem e promovam uma compreensão mais profunda e crítica do mundo ao nosso redor.

## REFERÊNCIAS

ABORTO é um dos principais causadores de mortes maternas no Brasil. *In: EXPRESSÃO NACIONAL – Câmara dos Deputados*. Brasília, 25 nov. 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/445740-aborto-e-um-dos-principais-causadores-de-mortes-maternas-no-brasil/>. Acesso em: 10 out. 2023

ALVES, Schirlei; ROCHA, Diego Nunes da. Brasil tem uma morte a cada 28 internações por falha na tentativa de aborto. *In: AZMINA*. [S. I.], 21 set. 2023. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/uma-morte-a-cada-28-internacoes-por-falhas-no-aborto/>. Acesso em: 10 out. 2023.

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. *In: BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985. p. 370-370.

BARROSO diz que não tem previsão de retomar julgamento sobre aborto no STF. *In: ESTADÃO – Uol*. São Paulo, 7 out. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/10/07/barroso-diz-que-nao-tem-previsao-de-retomar-julgamento-sobre-aborto-no-stf.htm>. Acesso em: 17 out. 2023.

BEAUVOIR, Simone de. **A experiência vivida**. 3 ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1949.

BIROLI, Flávia. Autonomia e Cidadania no Debate sobre Aborto: Implicações Teóricas e Políticas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 15, p. 37-68, 2014.

BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e Democracia. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 681-719, 2016.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 219-260, 2003.

CALAFATE, Jaqueline Medeiros Silva. **O “instinto materno” como uma construção de gênero**: discussões sobre o desejo de amamentar. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2014.

CALAFATE, Jaqueline Medeiros S; PARENTE, Temis Gomes. O “InstintoMaterno”: Uma discussão acerca da apropriação do Estado no “desejo” de amamentar. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO*, 10., 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos** [...]. Florianópolis: Fazendo Gênero, 2013. p. 1-12. Disponível em: [https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1384979187\\_ARQUIVO\\_JaquelineMedeiros.pdf](https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1384979187_ARQUIVO_JaquelineMedeiros.pdf). Acesso em: 12 set. 2023.

CALVI, Pedro. Brasil é o país que mais mata população LGBTQIA+; CLP aprova Seminário sobre o tema. *In: CÂMARA dos Deputados*. Brasília, 24 maio 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/noticias/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-populacao-lgbtqia-clp-aprova-seminario-sobre-o-tema>. Acesso em: 31 out. 2023.

CARVALHO, Marília Gomes de; ADELMAN, Miriam; ROCHA, Cristina Tavares da Costa. Apresentação – Artigos Temáticos: Gênero e Mídia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 123-130, 2007.

CIRCULAÇÃO de jornais aumentou 2% no país em 2010. *In*: O GLOBO. São Paulo, 29 jan. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/circulacao-de-jornais-aumentou-2-no-pais-em-2010-2830633>. Acesso em: 16 out. 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

DORNELLES, Roberto Anderson; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. O jornalismo como história imediata. *Estudos em Jornalismo e Mídia: revista acadêmica semestral*. Vol. 10, n. 1 (1. sem. 2013), p. 121-144, 2013.

DUARTE, Andre de Macedo. De Michel Foucault a Giorgio Agamben: a trajetória do conceito de biopolítica. *In*: SOUZA, Ricardo Timm de; OLIVEIRA, Nythamar Fernandes. **Fenomenologia hoje**: bioética, biotecnologia, biopolítica. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2008. v. 3, p. 63-87.

IACONELLI, Vera. **Manifesto Antimaternalista**: Psicanálise e políticas dareprodução. São Paulo: Zahar, 2023a.

IACONELLI, Vera. Mães são acusadas de narcisismo quando fazem o que um pai comum faria. Entrevista cedida à Amanda Mont'Alvão Veloso. *In*: BBC News Brasil. São Paulo, 30 set. 2023b. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cjj80265q99o>. Acesso em: 17 out. 2023.

LEGROS, Patrick *et al.* **Sociologia do Imaginário**. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LISBOA, Amanda Feltrin; FERNANDES, Inaina Lara. A importância do vínculo afetivo para o desenvolvimento do recém-nascido: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [S. l.], v. 13, n. 10, p. 1-10, 2021.

LISBOA, Silvia Saraiva de Macedo. Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor: independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência. 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-75, 2000.

MAFFESOLI, Michel. Perspectivas tribais ou a mudança do paradigma social. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 23-29, 2004.

MATERNIDADE compulsória: a realidade das mães arrependidas. *In*: AGÊNCIA de Notícias UNICEUB. Brasília, 5 abr. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/saude/maternidade-compulsoria-a-realidade-das-maes-arrependidas/>. Acesso em: 10 out. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Atenção Humanizada ao Abortamento**: Norma Técnica. 2 ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. *E-book*. Disponível em:



[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_humanizada\\_abortamento\\_norma\\_tecnica\\_2ed.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_abortamento_norma_tecnica_2ed.pdf). Acesso em: 10 out. 2023.

MORGADO, Rosana. **Abuso Sexual Incestuoso: Seu enfrentamento pela mulher/mãe**. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

MORON, Juddy Garcez.. Parindo a maternalidade: o lugar dos corpos maternos nas teorias reflexivistas. *In: SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ABRI*, 5., 2021, São Paulo. **Anais do 5 Seminário de Pós-Graduação em Relações Internacionais da ABRI**, São Paulo: ABRI, 2021. p. 2540-2563. Disponível em: [https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=1206](https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1206). Acesso em: 12 out. 2023.

PALACIOS, Marcos. Convergência e memória: jornalismo, contexto e história. **MATRIZES**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 37-50, 2010.

PETRY, Helen; SILVA, Roberta Del Vecchio de O. Os arquétipos nas propagandas de revistas femininas. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 27., 2004, Porto Alegre. **Anais Eletrônicos** [...]. Porto Alegre: Intercom, 2004. p. 1-15.

Disponível em:

[http://www.nomads.usp.br/documentos/textos/modos\\_vida/07\\_arquetipos\\_rev\\_fem.pdf](http://www.nomads.usp.br/documentos/textos/modos_vida/07_arquetipos_rev_fem.pdf).

Acesso em: 12 out. 2023.

RELATORA vota pela descriminalização do aborto até 12 semanas de gestação; julgamento é suspenso. *In: SUPREMO Tribunal Federal*. Brasília, 22 set. 2023. Disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514619&ori=1>. Acesso em: 17 out. 2023

RESENDE, Deborah Kopke. As construções da maternidade do período colonial à atualidade: uma breve revisão bibliográfica. **Revista Três Pontos**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 52-59, 2017.

ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: N-1, 2018.

SCHEJTMAN, Fabián. Histeria y femineidad: de Freud a Lacan. *Anu. investig.-Fac. Psicol., Univ. B. Aires*, p. 177-183, 2002.

SILVA, Juremir da. **O que pesquisar quer dizer: como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da Capes**. 4 ed. São Paulo: Sulina, 2021.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.


SISTEMA Único de Saúde. *In: MINISTÉRIO da Saúde*. [Brasília, 2023?]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus#:~:text=Princ%C3%ADpios%20do%20SUS,outras%20caracter%C3%ADsticas%20sociais%20ou%20pessoais>. Acesso em: 31 out. 2023

STIGGER, Verônica. **O Útero do Mundo**. Museu de Arte Moderna de São Paulo, São Paulo. 2016. Exposição literária-fotográfica, trata da relação do ser humano e de seu corpo.

## ANEXOS

## ANEXO A - MÃES PEDEM MAIS VAGAS EM ESCOLAS

São Paulo, Quarta-feira, 12 de Janeiro de 2000 **FOLHA DE S. PAULO cotidiano**

Envie esta notícia por e-mail para assinantes da UOL ou da Folha 

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

## Mães pedem mais vagas em escolas

da Reportagem Local

Setenta mães de alunos fizeram ontem um protesto em frente ao Palácio dos Bandeirantes. Elas pedem a abertura de vagas em escolas estaduais na região da Capela do Socorro, zona sul de São Paulo.

Segundo as manifestantes, desde que a Secretaria de Estado da Educação passou a separar os alunos de séries distintas em prédios diferentes -a reorganização do ensino-, as escolas estaduais tiveram seu número de vagas reduzidas. Por isso, 600 crianças estariam sem escola na região.

Elas tentaram entrar no palácio para entregar ao governador Mário Covas (PSDB) uma lista de 12 escolas que teriam salas ociosas. Como não conseguiram, saíram em "procissão" pelas ruas da região.

A secretária de Estado da Educação de São Paulo, Rose Neubauer, informou que os nomes das crianças devem ser encaminhados à direção regional de ensino. "Vamos atender, em parceria com a prefeitura, a todos."

Ela disse que foram abertas nas escolas daquela região, 18.870 vagas e que, desde 95, elas funcionam em turnos de cinco horas.

Fonte: Folha de São Paulo (2000)<sup>2</sup>

<sup>2</sup> MÃES pedem mais vagas nas escolas. In: FOLHA de São Paulo. São Paulo, 12 jan. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1201200019.htm>. Acesso em: 10 set. 2023.

## ANEXO B - HOSPITAL NEGA ATENDIMENTO A CRIANÇAS NO RIO

The screenshot shows the homepage of the Folha de S. Paulo newspaper. The main headline is "Hospital nega atendimento a crianças no Rio" (Hospital denies care for children in Rio). The article is dated 28/11/2005 at 09h00. The text describes a situation at the Hospital Souza Aguiar in Rio de Janeiro, where two mothers had to call the military police for their children to be treated in the emergency room. The hospital director, José Macedo, stated that the volume of emergency cases is high and that priority should be given to more serious cases. The article also mentions that the hospital is strategically located in the city center, receiving many confrontations with drug traffickers and the police. A sidebar on the right contains a "Publicidade" section and a "Lidas" (Highlights) section with two items: "1. Sem PM nas ruas, poucos comércios e ônibus voltam a funcionar em Vitória" and "2. Sem-teto pede almoço, faz elogios e dá conselhos a Doria no centro de SP".

**FOLHA DE S. PAULO**  
 ASSINE A FOLHA  
 ATENDIMENTO

**FOLHA DE S. PAULO**  
 \*\*\* UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL  
 QUINTA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 2005 16H32

Opinião · Política · Mundo · Economia · Cotidiano · Esporte · Cultura · F5 · Tec · Classificados · Blogs · +SEÇÕES

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

**cotidiano**

28/11/2005 - 09h00

**Hospital nega atendimento a crianças no Rio**

da Folha de S. Paulo, no Rio

PUBLICIDADE

Duas mães tiveram de apelar à Polícia Militar para que seus filhos fossem atendidos na madrugada de ontem no hospital municipal Souza Aguiar, no centro do Rio de Janeiro, o maior de emergência do país e um dos maiores da América Latina.

Uma das crianças, de dois anos, apresentava crise de bronquite. A outra, de nove meses, tinha ingerido comprimidos acidentalmente. O chefe da equipe de emergência do Souza Aguiar no sábado, Alfredo Tutti, no entanto, pediu que as mães procurassem outro hospital. Para garantir socorro aos filhos, as mães chamaram a Polícia Militar.

PMs do 5º batalhão (praça Mauá) estavam prontos para conduzir o chefe da equipe do hospital à delegacia para registrar a queixa por omissão de socorro.

Após cerca de três horas de confusão, a PM conseguiu convencer o médico a atender às crianças.

"O médico ameaçou fechar a emergência e não atender a mais ninguém", relatou uma das mães, Juliana Rodrigues, 21.

O diretor do Hospital Souza Aguiar, José Macedo, disse à Folha que o volume de atendimento da emergência é grande e, por isso, a orientação é dar prioridade aos casos mais graves.

Contudo, o diretor não soube informar quais eram os casos mais graves que estavam sendo atendidos naquele momento.

"As famílias das crianças chamaram a polícia por ansiedade. Todo mundo quer ser atendido e deve ser atendido", declarou Macedo, acrescentando que vai apurar hoje com o chefe da equipe do sábado o que ocorreu.

No setor de pronto-atendimento do Souza Aguiar, cerca de 490 pacientes são atendidos diariamente. A falta de ao menos 300 tipos de medicamento levou os médicos a suspender parte do atendimento em outubro. Apenas os pacientes em estado grave foram recebidos na unidade. As cirurgias eletivas foram canceladas.

O hospital, por sua localização estratégica no centro da cidade, recebe uma parte significativa de baleados em confrontos entre traficantes ou com a polícia.

Só dois dos seis aparelhos de raios-X são de uso corrente. De dez salas para cirurgias, quatro costumam ficar fechadas, de acordo com a comissão de saúde da Assembleia Legislativa do Rio.

**Especial**  
 \* Leia a que já foi publicado sobre o Hospital Souza Aguiar

Siga a Folha de S. Paulo no Twitter

envie sua notícia

Folha de S. Paulo no G+

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

**+ lidas** ÍNDICE

1. Sem PM nas ruas, poucos comércios e ônibus voltam a funcionar em Vitória
2. Sem-teto pede almoço, faz elogios e dá conselhos a Doria no centro de SP

Fonte: Folha de São Paulo (2005)<sup>3</sup>

<sup>3</sup> HOSPITAL nega atendimento a crianças no Rio. In: FOLHA de São Paulo. São Paulo, 28 nov. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u115700.shtml>. Acesso em: 10 set. 2023.

## ANEXO C - FILHA DE CASAL DE LÉSBICAS GANHA SOBRENOME DAS DUAS MÃES NA ARGENTINA

The screenshot shows the top of the Folha de S. Paulo website. The main header features the newspaper's name 'FOLHA DE S. PAULO' in large, bold letters, with the tagline 'UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL' below it. The date and time are 'QUINTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 2010 16H34'. A navigation menu includes sections like 'Opinião', 'Política', 'Mundo', 'Economia', 'Cotidiano', 'Esporte', 'Cultura', 'F5', 'Tec', 'Classificados', 'Blogs', and '+SEÇÕES'. Below the menu, there are social media icons and a search bar. The main content area is titled 'mundo' and features the article headline: 'Filha de casal de lésbicas ganha sobrenome das duas mães na Argentina'. The article is dated '30/12/2010 - 22h14' and is attributed to 'DA FRANCE PRESSE, EM BUENOS AIRES'. The text of the article describes the birth of Bianca Juliana Giménez Relea to a lesbian couple in Argentina. There are also several 'PUBLICIDADE' (Advertisement) placeholders on the right side of the page.

Fonte: Folha de São Paulo (2010)<sup>4</sup>

<sup>4</sup> FILHA de casal de lésbicas ganha sobrenome das duas mães na Argentina. In: FOLHA de São Paulo. São Paulo, 30 dez. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/853079-filha-de-casal-de-lesbicas-ganha-sobrenome-das-duas-maes-na-argentina.shtml>. Acesso em: 10 set. 2023.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação e Educação Continuada  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)